

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EMERSON CESAR COLLINI

**DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS
ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ – PR
REFLEXÕES DO ENSINO PÚBLICO AMBIENTAL**

MATINHOS

2016

EMERSON CESAR COLLINI

**DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS
ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ – PR
REFLEXÕES DO ENSINO PÚBLICO AMBIENTAL**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Gestão Ambiental, da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão Ambiental.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marília P. F. Murata

MATINHOS

2016

AGRADECIMENTOS

O meu agradecimento é primeiramente a Deus que iluminou o meu caminho e o meu coração dando força, saúde, sabedoria e capacidade.

Aos meus pais Josias Collini e Brasilina C. Collini, que me ensinaram a viver com dignidade mesmo na escassez. Sempre presentes e dispostos a me auxiliar. Acreditaram e investiram não dinheiro mas tempo para me ajudar a cuidar dos meus filhos enquanto estava nas manhãs em Matinhos na UFPR.

Ao incentivo e palavras de apoio e carinho de minha esposa Oziane M. Collini e de minha mãe, Brasilina C. Collini quando todas as vezes que pensei em desistir elas estavam sempre me dizendo: “vai parar agora que chegou até aqui”?

Ao meu filho Lucas que com apenas seis anos, me ensinou caligrafia para fazer a prova de texto da segunda fase do vestibular. Já não lembrava mais como escrevia o F, X, P, Q, R, S, I, A, enfim ele me ensinou a escrever com letra cursiva novamente.

A minha filha Jamilly que todas as tardes me pedia pra brincar e eu sempre dizia: depois que o pai estudar e quantas vezes não deu tempo de brincar.

Ao Professor Dr. Renato Bocchicchio, um visionário. Meu primeiro mediador que carregava o estigma do resíduo. Todos que queriam fazer P.A. com resíduos procuravam-no. Uma frase sua me marcou nesses cinco anos, um dia em seu gabinete ele me disse: “Collini, você pode ser protagonista de uma grande história dentro da UFPR Litoral, depende de você”.

À Prof^a Msc Rosilene Komarcheski, por todo o seu empenho em entender aonde eu queria chegar com o P.A. de resíduos domésticos. Mesmo sabendo que tinha pouco tempo na Ufpr, ela se esforçou em me ajudar a ter um objetivo.

A minha orientadora de P.A. e TCC, Marília P. F. Murata, pelos encontros e desencontros tentando chegar a um consenso sobre a Educação Ambiental nas escolas públicas pois quando estava tudo confuso demais e eu não sabia mais o que fazer e nem pra onde ir com o P.A., ela me trouxe luz e me fez enxergar a Educação Ambiental crítica. Isso mudou minha visão de mundo sustentável.

Ao Professor Dr. Afonso Murata, pela prontidão em atender ao convite para fazer parte da banca examinadora, visto seu cabedal de informações, conhecimento e experiências com a Educação Ambiental.

A Fernanda de Souza Sezerino, começamos juntos, mas por ela ser estudiosa, avançou e formou-se antes. Sempre admirei a sua aplicação nos estudos e me surpreendi com o seu trabalho de conclusão de curso sobre a Floresta Estadual

do Palmito, só quem leu sabe as dificuldades que ela enfrentou com a burocracia estatal.

A todos os meus amigos de curso, desde a primeira turma, até a terceira, pois todos contribuíram para o meu crescimento acadêmico.

A todos os professores e professoras da UFPR Litoral, aqueles que estão por aqui e aqueles que já não estão mais, foram para outros níveis do saber. Todos contribuíram para que eu pudesse adquirir conhecimento.

Aos professores das ICH's, que me agregaram conhecimento e interdisciplinaridade. Quantas vezes me perguntaram se eu ia fazer alguma ICH com a G.A., na verdade não fiz nenhum, todos foram com alunos de outros cursos e assuntos não ligados ao meu curso.

À direção da UFPR litoral na figura do Profº. Dr. Valdo José Cavalet, por manter firme a visão de uma "Universidade de Vanguarda", mesmo diante de tantos protestos de alunos, técnicos, professores, apitasso, ameaças, reuniões e discussões intermináveis sobre o Intercursos (reconhecimento do litoral).

À todos aqueles que foram responsáveis pela elaboração do PPP da UFPR Litoral, e a todos que abraçaram a causa e arregaçaram as mangas pra que o sonho de uma universidade com autonomia estudantil se tornasse realidade. Quantas vezes ouvi pelos corredores: "Prefiro estudar em Curitiba no jeito tradicional com provas e testes".

À profª. Drª. Liliani M. Tiepolo, que me ajudou a reduzir os parágrafos nos textos e a não ser prolixo mas sintético. Admiro o seu mergulho nas questões ambientais.

Sinceramente já estou com saudades desses cinco anos na UFPR Litoral. Aprendi a buscar o conhecimento e não apenas recebe-lo de bandeja. Aprendi a pesquisar, ler e desenvolver um assunto. Aprendi a trabalhar em equipe. Aprendi a não estudar para prova, mas a buscar conhecer o conteúdo da prova, assimilar e praticar. Penso em fazer outra graduação em licenciatura, mas que seja nos mesmos moldes inovadores do PPP da UFPR Litoral. Essa autonomia é fantástica para alçar voos mais altos.

A todos, meus sinceros agradecimentos,

Emerson.

Adestram-se animais,
cultivam-se plantas
e educam-se os seres humanos.

Paulo Freire

RESUMO

Educação se aprende em casa, na escola, no trabalho, na feira, no mercado e em todo e qualquer lugar onde houver pessoas dispostas a mudar e sofrer as mudanças seja de comportamento, atitude, consciência ou mesmo físicas. Diante dessa premissa, procurou-se nesse trabalho, diagnosticar através de questionário com perguntas abertas e entrevistas com os responsáveis pela Educação Ambiental nas escolas estaduais do município de Paranaguá, de que forma é trabalhado o ensino ambiental, avaliando as séries do 6º ao 9º ano do ensino fundamental 2 da rede pública analisando assim de que maneira os professores do ensino fundamental aplicam a E.A. nas escolas, abordando os seguintes informações: qual a concepção de E.A. dos docentes e responsáveis pela E.A.; a importância de trabalhar a E.A. nessas séries; quais as ações desenvolvidas e sua frequência; quais as temáticas e os critérios de escolha dessas ações; em que situações são desenvolvidas; principais carências e dificuldades na realização das atividades. Os dados foram analisados, interpretados e discutidos segundo a técnica da análise de conteúdo (Bardin, 1977), sendo expostos graficamente e pelos resultados obtidos identificou-se a carência da temática ambiental nas escolas e deficiências de abordagem e conteúdo dos responsáveis pela E.A. participantes da pesquisa em relação ao tema sendo que, diante dos fatos levantados, verificou-se a necessidade de uma ação direta, trabalhando as bases epistemológicas da educação ambiental junto aos docentes e gestores, com a proposta da oferta de cursos de formação continuada em E.A., conferindo um embasamento maior e conseqüente melhoramento do desenvolvimento das ações e projetos junto aos alunos.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Escolas Públicas, Diagnóstico ambiental; ensino ambiental; Paranaguá.

ABSTRACT

Education is learning at home, at school, at work, at the fair, the market and in each and every place where there are people willing to change and face the change is behavior, attitude, awareness or even physical. On this premise, attempts if this work, diagnose through a questionnaire with open questions and interviews with those responsible for environmental education in state schools in the city of Paranaguá, in what way is working environmental education, assessing the series from 6th to 9th grade of elementary school 2 network analyzing public so that way the elementary school teachers apply the EA in schools, addressing the following information: how to design EA teachers and responsible for EA; the importance of working to E.A. in this series; which developed actions and their frequency; which the themes and the choice of these actions criteria; where situations are developed; main problems and difficulties in performing activities. The data were analyzed, interpreted and discussed according to the technique of content analysis (BARDIN, 1977), being exposed graphically and the results identified the lack of environmental issues in schools and addressing deficiencies and content of those responsible for EA participants search by topic and, before the raised facts, there was the need for direct action, working the epistemological foundations of environmental education with teachers and managers, with the proposal of offering continuing education courses in EA, giving a greater foundation and consequent improvement of the development of actions and projects with the students.

Keywords: Environmental Education. Public Schools. Environmental Diagnosis. Environmental Education.

LISTA DE SIGLAS

CDS - Comissão de Desenvolvimento Sustentável

COEA - Coordenação Geral de Educação Ambiental

EA - Educação Ambiental

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB - Lei de Diretrizes Básicas da Educação

MEC - Ministério da Educação

MMA - Ministério do Meio Ambiente

ONU - Organização das Nações Unidas

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PIEA - Programa Internacional de Educação Ambiental

PNB - Produto Nacional Bruto

PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental

QV - Qualidade de Vida

SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, ciência e a cultura

MINC - Ministério da Cultura

MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia

MINTER - Ministério do Interior

SEF - Secretaria de Ensino Fundamental

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	11
2 - OBJETIVOS	15
2.1 - OBJETIVO GERAL	15
2.2 - OBJETIVO ESPECÍFICO	15
3 - REVISÃO DE LITERATURA	16
3.1 - Histórico da Educação Ambiental.....	16
3.2 - Educação Ambiental no Brasil	22
3.3 - A Política Nacional de Meio Ambiente	25
3.4 - O Programa Nacional de Educação Ambiental	27
3.5 - Porque educar ambientalmente	28
3.6 - Educação Ambiental e Sustentabilidade	33
3.7 - O Ensino Ambiental Público no Brasil	37
4 - MATERIAL E METODOS	39
4.1 - Caracterização das áreas de estudo	39
4.2 - Metodologia	40
5 - RESULTADOS E DISCUSSÕES	41
5.1 - Caracterização das Escolas/Colégios Estaduais visitados	42
5.2 - Caracterização dos Responsáveis pela E.A.	43
5.3 - Caracterização das Ações e Projetos de E.A. (Percentual)	44
5.4 - Concepção da E.A. entre os Responsáveis pelas Ações e Projetos nas Escolas/Colégios.....	45

5.4.1 - Equalização das Concepções de Educação Ambiental	46
5.5 - Importância de se Trabalhar a E.A. no Ensino Fundamental 2	48
5.6 - Escola/Colégios com Ações ou Projetos, a Frequências e as Situações em que são Desenvolvidos	49
5.7 - Temáticas Desenvolvidas nas Ações e Projetos de E.A.	51
5.8 - Critério para Escolha das Temáticas nas Ações e Projetos de E.A	52
5.9 - Dificuldades e Carências para Desenvolver Ações e Projetos de E.A.	54
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
8 - ANEXOS	62
8.1 - Lista das escolas/colégios estaduais no município de Paranaguá.....	62
8.2 - Mapeamento das escolas/colégios no município de Paranaguá.....	63
8.3 - Autorização do NRE (Núcleo Regional de Educação) para adentrar as escolas/colégios e entrevistar os responsáveis pela E.A.	64
8.4 - Questionário com caracterização das escolas/colégios, dos responsáveis pela E.A. e com perguntas abertas para entrevistas	65
9. MINHAS MEMÓRIAS NA UFPR LITORAL.....	67

1. Introdução

Uma indagação surge quando se ouve falar de educação ambiental nas escolas, não somente como algo restrito a uma sala de aula, mas se aquilo que esta sendo ensinado, é coerente com a realidade ambiental que se verifica. Nesse sentido, percebe-se a necessidade de traçar um paralelo entre a educação ambiental conservadora e a crítica, visto que num mundo globalizado e com serias consequências ambientais em virtude principalmente de um consumismo exacerbado, ainda se tem a noção ecológica de que Educação Ambiental é plantar uma árvore no pátio da escola e todos os problemas ambientais estarão resolvidos, e os educandos terão assim, uma visão mais ecológica da problemática ambiental. Para alguns, isso pode soar como um prognóstico apocalíptico, utópico ou talvez uma balela acadêmica, mas as verdades práticas que são injetadas no noticiário todos os dias, revelam que a humanidade ávida por consumir, caminha para o caos em direção ao nada e a lugar nenhum sempre a passos largos para uma degradação sem precedentes e inimaginável, sem a mínima consciência que existe apenas um planeta habitável ainda que num futuro próximo, as descobertas científicas indiquem possibilidade de existência em outros planetas fora do sistema solar que possam garantir o mínimo para a subsistência humana.

É nessa concepção talvez drástica ou até mesmo dramática e percebendo a urgência de uma nova consciência e uma nova visão de mundo, faz-se necessário uma remodelação não só dos padrões de consumo, mas também de ensino e principalmente de uma nova ordem política, econômica, social, cultural e mesmo planetária, criando condições para que o mundo habitável que hoje temos e desfrutamos, continue a ser mundo sustentável e possa continuar sendo sustentado por muitas gerações à frente. Dessa forma CAPRA (2002), nos mostra que nas ultimas décadas, é notório os crescentes e complexos problemas ambientais pois, tudo esta relacionado intrínseca ou extrinsecamente como uma grande rede oculta e isso tudo associado a uma intensa degradação tanto do meio como das condições de vida, refletindo uma crise em diversos segmentos os quais tem gerado um reflexo maior na área ambiental. Fatores que pesam na balança como a fome, a miséria, a violência, a exclusão, a desigualdade de renda

e a recessão sempre eminente, estão relacionados com a maneira como se utiliza e a distribuição dos recursos naturais onde:

Com efeito, nesta virada de século, já está mais do que evidente que nossas atividades econômicas estão prejudicando a biosfera e a vida humana de tal modo que, em pouco tempo, os danos poderão tornar-se irreversíveis. Nessa precária situação, é essencial que a humanidade reduza sistematicamente o impacto das suas atividades sobre o meio ambiente natural (CAPRA, 2002).

Isso nos leva a uma reflexão sobre os desafios para mudar a maneira de pensar e agir em torno da questão ambiental em uma perspectiva contemporânea entendendo que o meio ambiente não abrange apenas os aspectos naturais, mas também o espaço de relações entre os homens, e nessa relação é necessário que o homem consiga conviver em harmonia com a natureza, tendo consciência da importância de cuidar do seu habitat.

Há um certo comodismo no termo “Educação Ambiental”, no que se refere ao tema, ensino ambiental, pois muitas vezes um sistema didático disciplinar saturado de informações que não causam mudanças de atitudes mas apenas uma conscientização pulverizada das realidades vivenciadas por todo o território e além disso docentes descomprometidos com a educação, esperando apenas a sua justa remuneração, engrossam as fileiras da alienação ambiental, promovendo projetos escolares e institucionais, que muitas das vezes trazem soluções simplistas ou como preferem alguns autores, o ecologismo que se aprende nas salas de aula aliando tudo isso:

A falta de recursos instrucionais, notadamente livros didáticos especializados, disponíveis, constitui outro empecilho, aparentemente intransponível. Muitas publicações que chegam aos professores continuam impregnadas de uma visão preservacionista exclusiva, ingênua e desatualizada cientificamente. Ainda se confunde Ecologia com Educação Ambiental. Com isso, os professores são estimulados a desenvolver atividades reducionistas com seus alunos, a bater na tecla da poluição, do "desmatamento", do efeito estufa, da camada de ozônio ou então catar latinhas de alumínio e reciclar papel artesanalmente. A ingenuidade ainda é muito grande (DIAS, 2004).

Em se tratando de ensino ambiental, também é necessário refletir sobre o que se transmite de conhecimentos sobre o ambiente natural e se esse ambiente interage com o ambiente modificado ou antrópico, pois a dicotomia do ensino formal e ambiental, esteve por décadas presente nas grades curriculares das escolas brasileiras seja no ensino público quanto no privado e com ressalvas,

algumas ações ficaram pelo meio do caminho, por causa dessa cisão, fruto de um país emergente e de uma política extremamente desenvolvimentista. Esse mesmo ecologismo ingênuo citado por Genebaldo Freire Dias, é o mesmo que diz que plantar uma árvore é importante, tanto quanto reduzir o consumo de água ou fazer a separação dos resíduos para coleta seletiva, mas importante também é saber que políticas públicas precisam ser praticadas pelos governantes para garantir uma qualidade de vida a exemplo das áreas de manguezais constantemente invadidas para promoverem a expansão urbana desordenada, tudo porque não houve um investimento público nas áreas rurais, citando como exemplo as pequenas propriedades e os pequenos produtores, promovendo assim um êxodo rural para as periferias das cidades inchando o entorno destas com lavradores expulsos de suas terras pela falta de investimento e pelo sonho de prosperar na cidade grande. Ainda tratando da dicotomia Paula Brüger situa:

Para entender e entretanto aprender epistemologicamente a expressão “educação ambiental”, é necessário colocar a seguinte pergunta: se antes a educação não era ambiental o que mudou? Uma questão preliminar que não pode passar despercebido é que o resgate de uma perspectiva “ambiental” ou a introdução do adjetivo “ambiental” pressupõe a aceitação de que a educação não tem sido ambiental ou, em outras palavras, existe uma educação não ambiental que é a tradicional (BRÜGER, 2009).

Se existe uma educação que não tem sido ambiental que se traduz como tradicional, então já é mais do que suficiente romper com as barreiras desse tradicionalismo, quebrando paradigmas a séculos enraizado nas mentes educadoras e deixar cair as algemas do colonialismo educacional ou seja, a dominação dos porquês e da racionalidade do pensar, começando a agir como cidadãos conscientes do seu papel num mundo ainda habitável. A Educação Ambiental precisa sair das quatro paredes de uma sala de aula e invadir as ruas, as calçadas, os grandes centros econômicos e financeiros, os cafés, restaurantes, as praias, os shopping center, as repartições públicas, e cada canto desse planeta onde esta inserido um ser humano, sendo incisivo e urgente que:

A educação ambiental, em específico o educar para a cidadania, pode construir a possibilidade da ação política, no sentido de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita (SORRIENTO, 2005).

Essa responsabilidade urge a noção de que somos parte desse todo e não devemos ser, alienados nesse processo evolutivo achando que a nossa

existência na terra não interfere no meio, e a ação antrópica é consequência de todos, incluindo governos, empresas e a má administração dos recursos naturais, o que sustenta em resumo:

. . . a visão socioambiental não nega a base “natural” da natureza, ou seja, suas leis físicas e seus processos biológicos, mas chama a atenção para os limites de sua apreensão como mundo autônomo reduzido à dimensão física e biológica. Trata-se de reconhecer que, para aprender a problemática ambiental, é necessária uma visão complexa de meio ambiente, em que a natureza integra uma rede de relações não apenas naturais, mas também sociais e culturais (CARVALHO, 2004).

Essas relações não podem e nem devem ficar presas em sistemas educacionais ou em pensamentos de governantes que acham que o “desenvolvimento” é a chave para o crescimento e que os recursos estão à nossa disposição o quanto necessitarmos deles. Isso ainda é uma visão colonialista e dominadora, além de reducionista pois subtrai da natureza a sua própria hegemonia, subjugada a um povo sem conhecimento, sendo que a ação antrópica esta mais do que evidente é um mal que não tem remediação, e é preciso ação e consciência de aquilo que foi destruído até que se recupere quanto tempo levará, e será que voltará a ser como antes? Fica o questionamento através desse diagnóstico, sobre o que estamos trazendo para as salas de aula, uma educação ambiental ecológica que trata o meio ambiente como o ambiente natural sem nenhuma relação com os outros ambientes sejam sociais, culturais, políticos ou econômicos ou uma educação ambiental que rompe com os paradigmas do ecologismo e ensina a preparação de sujeitos ecológicos conscientes do seu papel na sociedade e comprometidos não com o capitalismo consumista, mas com o socialismo ambiental.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Diagnosticar o modo como a educação ambiental vem sendo desenvolvida nas escolas da rede estadual do ensino fundamental 2 (6° a 9° séries) do município de Paranaguá, Estado do Paraná.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Obter através de levantamento o número de professores ou gestores que trabalham com educação ambiental nas escolas estaduais e quais são suas qualificações profissionais e o tempo de formação;

Mapear os projetos e ações em virtude da localização das escolas e a possibilidade de ações ambientais no entorno das mesmas

Verificar se as ações e os projetos dos docentes e gestores das escolas frente a educação ambiental estão de acordo com a legislação sobre E.A.:

Detectar as principais carências e dificuldades na realização das atividades;

De acordo com o levantamento feito junto aos responsáveis pela E.A., sugerir minicursos visando um embasamento epistemológico mais aprofundado das questões que envolvem a Educação Ambiental no ensino fundamental 2.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Histórico da Educação Ambiental

O ano 1962 inicia em meio a efervescência das lutas sociais organizadas em nível mundial, o movimento Hippie, a luta dos negros americanos pela cidadania, as lutas das mulheres pela igualdade de direitos, entre tantas outras lutas latentes e que no fulgor dos acontecimentos, ativaram o pavio incendiário dos movimentos de defesa da ecologia e do meio ambiente. Surge um marco em meio a esses conflitos que foi à publicação do livro "Primavera Silenciosa" da norte-americana Rachel Carson, tornando-se o estopim de uma grande mudança alertando a humanidade sobre os efeitos danosos de inúmeras ações humanas sobre o meio ambiente descrevendo a forma predadora de atuação dos setores produtivos e as tragédias que já estavam acontecendo, dando ênfase ao excessivo uso de pesticidas. Aliás, esta foi uma época de importantes publicações. Um pouco antes disso:

Em 1953, o ornitólogo americano Eugene P. Odum, com a colaboração de seu irmão Howard, lançou o livro "Fundamentals of Ecology" (fundamentos da ecologia) que, daí em diante, sofreu sucessivas atualizações e reedições, tornando-se referência obrigatória para quem quer se aprofundar nas questões ambientais. A segunda parte do livro tinha um sugestivo título: "a natureza dos homens". Para Odum, a ecologia "possui um enorme potencial para uma aplicação nos assuntos humanos, uma vez que as situações no mundo real quase sempre incluem um componente de ciência natural e um componente sócio-político-econômico." (BRASIL, 1998).

Segundo Carson (1962) em seu livro, a aparência inocente do DDT (dicloro-difenil-tricloroetano), causou um efeito imprevisto: contaminando os grandes lagos dos Estados Unidos, prejudicando não somente a vida aquática, como também aniquilando milhares de aves que se alimentavam dos peixes. Outro efeito não calculado do veneno foi a mutação de insetos, que se tornaram resistentes ao produto, obrigando os agricultores a aplicar cada vez mais doses e conseqüentemente buscando novos venenos. Não houve uma previsão de que este veneno teria efeito cumulativo no organismo dos animais, concentrando cada vez mais seu poder mortal. Para completar, o DDT e seus similares permanecem ativos por muitas décadas no solo, com risco de contaminar os alimentos

produzidos para a população humana. Hoje, os produtos organoclorados são proibidos, inclusive no Brasil, porém, por aqui, ainda existe a possibilidade de seu uso pelo Ministério da Saúde, para combater insetos transmissores de doenças, em casos de epidemias (BRASIL, 1998).

No momento da história onde muitas nações estavam em pleno desenvolvimento e selando definitivamente as brechas do pós-guerra, surge o trabalho inédito e desafiador da jornalista, escritora, cientista, bióloga marinha e ecologista que ganhou dezenas de reedições sempre esgotadas, fomentando uma inquietação internacional sobre a perda da qualidade de vida. A partir da publicação do trabalho-denúncia de Carson, a temática ambiental passaria a fazer parte das inquietações políticas internacionais, e o movimento ambientalista mundial iria tomar um novo impulso, promovendo uma série de eventos que formariam a sua história (Dias, 2004). Esse foi o ponto de partida para o afloramento dos movimentos ecológicos surgindo então o Conselho para Educação Ambiental no Reino Unido em 1968 e do então famoso Clube de Roma que em 1972 propôs em relatório “Os Limites do Crescimento Econômico” estudando ações para um mundo equilibrado com a redução do consumismo, visando determinadas prioridades sociais. Esse mesmo relatório segundo Genebaldo:

Estabelece modelos globais baseados nas técnicas pioneiras de análise de sistemas, projetados para prever como seria o futuro se não houvesse modificações ou ajustamentos nos modelos de desenvolvimento econômico adotados. O documento denuncia a busca incessante do crescimento da sociedade a qualquer custo e a meta de se tornar cada vez maior, mais rica e poderosa, sem levar em conta o custo final desse crescimento. Os modelos demonstram que o crescente consumismo geral levaria a humanidade a um limite de crescimento, possivelmente a um colapso (DIAS, 2004).

Nesse mesmo ano (1972), a Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano em Estocolmo na Suécia, veio como um divisor de águas para os grandes eventos em discussão sobre o futuro da humanidade no que diz respeito não só ao esgotamento dos recursos mas também ao sistema capitalista que gera um consumismo desenfreado. Um dos principais resultados formais do encontro foi a Declaração sobre o Ambiente Humano ou Declaração de Estocolmo estabelecendo princípios para questões ambientais internacionais, incluindo direitos humanos, gestão de recursos naturais, prevenção da poluição e

relação entre meio ambiente e desenvolvimento, estendendo-se até a necessidade de abolir as armas de destruição em massa. A conferência também levou à elaboração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que deu continuidade a esses esforços.

Enrique Leff ponderou sobre esses primórdios debates e embates no saber ambiental mundial como que protagonizando discursos até então evasivos pelo fato de não se ter noção do grau de periculosidade que significava o uso desenfreado dos recursos naturais. Para o autor:

O discurso do desenvolvimento sustentável foi sendo legitimado, oficializado e difundido amplamente com base na conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, celebrada no Rio de Janeiro, em 1992. Mas a consciência ambiental surgiu nos anos 60 com a Primavera Silenciosa de Rachel Carson, e se expandiu nos anos 70, depois da conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, celebrada em Estocolmo, em 1972. Naquele momento é que foram assinalados os limites da racionalidade econômica e os desafios da degradação ambiental ao projeto civilizatório da modernidade (LEFF, 2011).

A Conferência de Estocolmo, propiciou um viés de discussão para a ONU, com a criação de um organismo denominado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, sediado em Nairobi no Quênia (Leste Africano). As recomendações da Conferência de Estocolmo em 1972, levaram a UNESCO a promover em Belgrado na antiga Iugoslávia, um Encontro Internacional em Educação Ambiental onde se criou o Programa Internacional de Educação Ambiental - PIEA que formulou princípios orientadores para nortear as ações de Educação Ambiental dentre os quais destaca-se que: a “Educação Ambiental deve ser continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais”. A também famosa Carta de Belgrado, fruto do Seminário Internacional de Educação Ambiental em Belgrado 1975, um dos documentos mais lúcidos e importantes gerados nesta década, tratando da satisfação das necessidades e desejos de todos os cidadãos da terra, propondo temas que abordem a erradicação das causas básicas da pobreza como a fome, o analfabetismo, a poluição, a exploração e dominação, os quais não devem ser tratados em separado. Afirmando também que: Nenhuma nação deveria se desenvolver às custas de outra, havendo necessidade de uma ética global, com a respectiva reforma dos processos e sistemas educacionais ponto central para a constatação dessa nova ética de desenvolvimento e a juventude deveria receber

um novo tipo de educação que requer um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre escolas e comunidade, entre o sistema educacional e sociedade, finalizando com a proposta para um programa mundial de Educação Ambiental.

Ainda na década de 70 mas precisamente entre 14 a 26 de outubro de 1977, a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental realizada em Tbilisi capital da Georgia na ex-República Soviética e organizada pela UNESCO com a colaboração do PNUMA, foi o ponto culminante da primeira fase do Programa Internacional de Educação Ambiental, iniciado em 1975 com a Carta de Belgrado. Nesse encontro ficou definido os objetivos e as características da EA, bem como as estratégias e ações a nível nacional e internacional. A Conferência foi considerada um marco para a E.A. sendo considerado como referência internacional para o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental e sem dúvida, ainda representa uma importante fonte de consultas para ações em EA.

A partir dessa Conferência, iniciou-se um amplo processo em nível global orientado para criar as condições necessárias à formação de uma nova consciência sobre o valor da natureza e a reorientação da produção de conhecimento baseada nos métodos da interdisciplinaridade e nos princípios da complexidade. Esse campo educativo seria articulado transversalmente, e isso possibilitaria a realização de experiências concretas de educação ambiental de forma criativa e inovadora por diversos segmentos da população e em diversos níveis de formação. No entanto, não foi o que ocorreu no Brasil. Dias relata que:

A disseminação da educação ambiental deveria se dar via educação formal e informal, atingindo a todas as faixas etárias. Tendo em vista essa diretriz, caberia a cada país implementar sua política nacional de educação ambiental por meio dos órgãos educacionais e de controle ambiental. No Brasil, essa política foi implementada pelo Ministério da Educação, a partir do documento denominado "Ecologia: uma proposta para o ensino de 1º e 2º graus". Essa proposta, simplista e contrária às deliberações da Conferência de Tbilisi, tratava a educação ambiental no âmbito das ciências biológicas, como queriam os países desenvolvidos, sem tocar na questão cultural, social e política (DIAS, 2004).

A década de 80 não foi de grandes eventos para a Educação Ambiental, mas nem por isso os movimentos ecológicos deixaram de atuar principalmente porque foi uma década de grandes catástrofes ambientais onde se destaca a explosão da usina nuclear de Chernobyl na antiga URSS e que até hoje quase três décadas após, ainda vive sob um forte passivo ambiental devido aos resíduos

nucleares que lá estão depositados e também as inúmeras sequelas na população adjacente. Os anos 90 vieram com ímpeto e produziram o Capítulo 36 da Agenda 21: Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento, relativo às questões educativo-ambientais, documento este, postulado na Conferência do Rio, em junho de 1992. Constitui-se na principal referência para as ações de caráter educativo voltadas à questão ambiental e para a implementação da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, enfatizando a necessidade de reorientação do ensino para o desenvolvimento sustentável, o aumento da conscientização pública e o treinamento. No documento, também se reconhece que a educação para o desenvolvimento sustentável precisa ser compreendida como parte de uma nova visão da educação, aludindo à necessidade de se desenvolver posteriormente o conceito; e se promovem recomendações que mais tarde se tornariam a essência da resolução que instituiu a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Na ocasião, a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS), concorda em desenvolver um plano de trabalho internacional sobre o assunto, envolvendo a Unesco, enquanto organismo encarregado da coordenação das atividades relativas ao Capítulo 36 da Agenda 21.

Nesse mesmo tempo, mas paralelamente, surge o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, documento elaborado pela sociedade civil em 1992 no âmbito do Fórum Global, evento paralelo à Rio-92, cujos proponentes, reconhecendo o papel central da educação na formação de valores e na ação social, destaca princípios críticos e emancipatórios para uma educação ambiental comprometida com a criação de sociedades sustentáveis, socialmente justas e ecologicamente equilibradas.

A Rio-92 reafirmou a tese da Conferência de Tbilisi, principalmente aquela que dizia respeito à interdisciplinaridade da educação ambiental, priorizando três metas: a) reorientar a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável; b) proporcionar informações sobre o meio ambiente, de forma a conscientizar a população sobre os problemas que estavam ocorrendo no planeta; c) promover a formação de professores na área de educação ambiental (DIAS, 2004).

Em Tessalônica, na Grécia (1997), foi elaborado o documento, resultado da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade, Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, conhecida como a “Declaração de Thessaloniki” o qual chama a atenção para a necessidade de se articularem

ações de educação ambiental baseadas nos conceitos de ética e sustentabilidade, identidade cultural e diversidade, mobilização a participação e práticas interdisciplinares. Esse documento foi concebido para contribuir com o trabalho da CDS/ONU, no qual os participantes reafirmam os compromissos assumidos na série das Conferências do sistema das Nações Unidas e lançam recomendações para aprimorar a educação, conscientização pública e treinamento.

No ano seguinte, preparando para o Futuro Sustentável: Educação Superior e o Desenvolvimento Humano Sustentável, foi o tema da programação da Conferência Mundial sobre Educação Superior, organizada pela Universidade das Nações Unidas, realizada em Paris de 5 a 9 de outubro de 1998. Um debate temático sobre o papel a desempenhar pelas instituições de ensino superior na preparação das novas gerações para o Futuro Sustentável. O presente texto se constitui no documento de trabalho discutido no evento.

Basicamente a Educação Ambiental evoluiu paralelamente aos grandes eventos que sucessivamente surgiam para satisfazer as pressões sociais e as agendas dos líderes e governantes, talvez como uma resposta a população do que se faz ao nível político estratégico, para minimizar os impactos dos efeitos antrópicos sobre o ambiente natural. Com essa alavanca que se deu principalmente nas décadas de 70 e 80, os anos 90 chegaram com a proposta de um avanço significativo através da conferência Rio-92 onde líderes e governantes se debruçaram sobre o novo jargão ecológico mundial, a “Sustentabilidade” e com isso, veio a tona um documento chamado de AGENDA-21, onde estão relacionados os principais dispositivos discutíveis e consensuais para se chegar a um patamar de crescimento sem destruir o que ainda resta dos recursos naturais disponíveis.

3.2 Educação Ambiental no Brasil

No Brasil a E.A. teve início no século XIX, antes mesmo de ser institucionalizada pelo Governo Federal sendo assunto de publicações e debates principalmente no âmbito do movimento conservacionista, mas a partir da década de 70 com o surgimento do ambientalismo associado às lutas democráticas por meio de movimentos estudantis, organizações da sociedade civil, prefeituras municipais e/ou governos estaduais, ganhou força e consistência. Sendo que:

Surgida no Brasil com os movimentos sociais do período final do regime militar, praticada inicialmente por biólogos e profissionais de áreas afins, como agronomia e saúde pública, após três décadas, podemos dizer que a E.A. brasileira conquistou a sua legitimidade nos espaços políticos e científicos (REIGOTA, 2007).

E essa legitimidade criou condições propícias para que a E.A. brasileira, mesmo em períodos difíceis da história ambiental do Brasil, como no regime militar, onde meio ambiente era algo irrelevante, coisa de fanáticos esquerdistas, em uma nação que precisava se desenvolver tanto economicamente quanto socialmente e geograficamente, ela veio despontando e trazendo consigo as emergências de um país com uma política desenvolvimentista que não conhecia limites para subjugar todo o tipo de entrave a esse crescimento. Esses movimentos ecológicos surgidos no pós-militarismo não possuíam posições tão sólidas quanto na Europa, mas graças ao trabalho de pioneiros como José Lutzenberge em 1976, formou-se desde o final dos anos 70, o início de uma consciência ambiental em alguns círculos de nossa sociedade. Sobretudo os movimentos nacionais em defesa da Amazônia e da Mata Atlântica cumpriram o papel de aglutinadores da questão entre nós, embora ainda restrita a uma certa classe média universitária de acordo com ZACARIAS et. al. (2002).

A criação da SEMA, Secretaria Especial do Meio Ambiente a partir de 1973, marca o início do processo de institucionalização da Educação Ambiental no âmbito do Governo Federal, ficando definido como uma de suas atribuições, “*o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente*”, sendo a criação da SEMA, um processo pioneiro para a formação de recursos humanos na sensibilização da sociedade para as questões relacionadas ao meio ambiente. Mais um passo importante foi dado rumo a institucionalização da E.A. em 1981 quando da implantação da Política Nacional do Meio Ambiente pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e sua inclusão em todos os níveis e modalidades de educação visando a formação de uma sociedade participante e ativa na defesa do meio ambiente, sendo endossada mais tarde pela constituição federal em 1988, dedicando o Capítulo XI ao Meio Ambiente e estabelecendo no seu artigo 225, inciso VI, a necessidade de “*promover a E.A. em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente*”.

Na década de 90 com a criação da Portaria 678/91 o MEC determinou a inclusão da E.A. como um componente transversal, que deveria permear todo o currículo da educação escolar em todos os seus níveis e modalidades, instituindo também através da Portaria 2.421/91, um grupo permanente de trabalho em E.A. para definir juntamente com as secretarias estaduais de educação, as metas e estratégias para implantação da E.A. na educação formal e não formal do país, onde esse grupo mais tarde se transformou na Coordenação Geral de Educação Ambiental (COEA/MEC).

Um fato importantíssimo para história da educação ambiental no Brasil, foi a nomeação do professor Dr. Paulo Nogueira para ser o titular da Secretaria de Meio Ambiente, cargo que ocupou de 1974 a 1986, deixando as bases para muitas das leis ambientais e estruturas que continuam até hoje, consolidando uma trabalho sério e mesmo a SEMA tendo sido concebida originalmente como uma agência de combate a poluição, o professor Nogueira criou e estabeleceu o programa das Estações Ecológicas para pesquisa e preservação. Nesse tempo a E.A. engatinhava com a criação de alguns cursos de pós-graduação em Ecologia como o da Universidade do Amazonas, de Brasília, Campinas, Instituto Nacional de Pesquisas Aéreas (INPA) e São Carlos. Essas ações se firmam num processo moroso e por vezes sem impacto algum no sistema de ensino formal, com seus reducionismos e onde se firmaram Intenções Protocolares entre o MEC e o Minter com objetivo de inserir temas ecológicos nos currículos das escolas de 1º e 2º graus, mas a visão ainda restringe-se à Ecologia descritiva da fauna e flora sem o devido enfoque socioambiental necessário o que soaria como uma alavanca para novos pensamentos e argumentos da Educação Ambiental onde:

O meio ambiente como política pública, não pontual, no Brasil, surge após a Conferência de Estocolmo, em 1972, quando, devido às iniciativas das Nações Unidas em inserir o tema nas agendas dos governos, foi criada a SEMA (Secretaria Especial de Meio Ambiente) ligada à Presidência da República. Mas apenas após a I Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi, em 1977, a educação ambiental foi introduzida como estratégia para conduzir a sustentabilidade ambiental e social do planeta (SORRIENTO et al, 2005).

As ações pontuais de E.A. despontavam no cenário nacional, encorpendo e endossando a necessidade de se fomentar a E.A. na educação formal, e nesse interim o Conselho Federal de Educação tornou obrigatória a disciplina Ciências Ambientais em cursos universitários de Engenharia. Também no âmbito dos setores competentes da Educação no Brasil, não se vislumbrava, até então, a mais remota possibilidade de ações de apoio à Educação Ambiental, pelo desinteresse que o tema despertava entre os políticos dominantes e pela ausência de uma política educacional definida para o país, como reflexo do próprio momento que atravessava. Percebendo essa situação e sabendo da urgência ditada pela perda de qualidade ambiental, amplamente discutida na comunidade internacional, os órgãos estaduais brasileiros de meio ambiente tomaram a iniciativa de promover a Educação Ambiental no Brasil. Começariam a

surgir as parcerias entre as instituições de meio ambiente e as Secretarias de Educação dos Estados (DIAS, 2004).

Na Conferência Rio 92 - foi elaborada a Carta Brasileira para Educação Ambiental que elege a Educação Ambiental como uma estratégia para a sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida no planeta, o qual também legou outro importante documento para a construção da sustentabilidade planetária, a Agenda 21. Este documento traz um programa de ações estratégicas a ser adotado em nível global, nacional e local. Seus 40 capítulos contemplam temas como biodiversidade, infraestrutura, recursos hídricos, habitação, educação, entre outros. O ano de 1994 foi determinante para o fortalecimento da Educação Ambiental em âmbito nacional com a elaboração da Proposta do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) pelo MEC/MMA/MINC/MCT. O documento, com o objetivo de “capacitar o sistema de educação formal e não-formal, supletivo e profissionalizante, em seus diversos níveis e modalidades”, foi aprovado pela Presidência da República em 1995. Neste mesmo ano foi criada, por meio da resolução nº 11/95 do CONAMA, a Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental que se reuniu em 1996 para discutir o documento intitulado “Subsídios para a formulação de uma Política Nacional de Educação Ambiental” elaborado pelo MEC e MMA/IBAMA. O documento tinha como princípios orientadores a participação, a descentralização, a interdisciplinaridade e o reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural. Visando garantir a implementação do PRONEA foi incluído no Plano Plurianual do Governo Federal (1996/1999) a “promoção da Educação Ambiental, através da divulgação e uso de conhecimentos sobre tecnologias de gestão sustentável dos recursos naturais”. Nesse mesmo ano foi criado pelo MMA o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental que firmou parceria com o MEC através de um protocolo de intenções que visava o desenvolvimento de ações conjuntas em Educação Ambiental. Entre as ações desenvolvidas pelo grupo estão a Elaboração e coordenação da 1ª conferência Nacional de Educação Ambiental; a Promoção de Seminários sobre a prática da educação ambiental no ecoturismo, biodiversidade e Agenda 21 e Promoção do Levantamento Nacional de Projetos de Educação Ambiental. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), aprovados em 1997, também são um marco importante para a inclusão da educação ambiental no currículo, principalmente, do ensino formal. Os PCN’s dão subsídios às escolas para definição e elaboração do seu projeto pedagógico, apontando valores e temas transversais que devem permear o processo educativo, entres eles: meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo, entre outros. Além disso, foi produzida neste mesmo ano a “Carta de Brasília para a Educação Ambiental”, elaborada durante a 1ª Conferência de Educação Ambiental em Brasília.

O processo de institucionalização da Educação Ambiental no Brasil culminou, em 1999, com a aprovação da Lei nº 9.795 que dispõe sobre a criação da Política Nacional de Educação Ambiental. A lei, regulamentada pelo Decreto nº 4281, de 25 de junho de 2002, reconhece em seu artigo 2º a Educação Ambiental como “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

3.3 A Política Nacional de Meio Ambiente

Como referência mundial em riquezas naturais, o Brasil está em evidência e necessita de mecanismos sólidos para proteger tão vasta biodiversidade proporcionando assim a continuidade dos ciclos naturais nos ecossistemas espalhados em diversos biomas em toda a faixa territorial. A legislação ambiental surge com o propósito de limitar as ações humanas ou antrópicas no ambiente com o objetivo de garantir o sadio desenvolvimento e manutenção dos referidos ecossistemas e também proporcionar a humanidade, o uso dos recursos de maneira que se possa garantir a todos tanto no presente quanto nas futuras gerações o uso dos mesmos recursos sem o risco da escassez, considerando as reservas naturais renováveis e não renováveis.

Com o entendimento de meio ambiente definido pelo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa como: “o conjunto de condições e influências naturais que cercam um ser vivo ou uma comunidade, e que agem sobre ele(s)” (2001, p. 454), meio ambiente, segundo (FARIAS, 2004) também se divide em quatro conceitos específicos que facilitam na identificação da atividade agressora ou seja, a divisão é feita em: meio ambiente natural, que é formado pelos recursos da natureza, o ar, a água, a fauna, a flora, enfim, aquela que não foi formada pela ação humana e sim pela ação da natureza; meio ambiente artificial, que são áreas situadas em zonas urbanas ou rurais, dos quais o meio ambiente natural foi modificado para ceder espaço a construções fechadas, como edifícios urbanos, e aos espaços públicos abertos, como praças e avenidas; meio ambiente cultural, formado pelo conjunto do patrimônio turístico, cultural, histórico, artístico, científico, ecológico e paisagístico; e meio ambiente do trabalho, que também é considerado uma extensão do meio ambiente artificial e configura-se no conjunto de fatores que relaciona o homem com seu meio de trabalho. Esta última divisão específica, a de meio ambiente de trabalho, foi citada em particular pela própria Constituição Federal de 1988 em seu artigo 200, inciso VIII (FARIAS, 2006)

A lei nº 6.938/81, institui a Política Nacional do Meio Ambiente, em seu art. 3º, explica o meio ambiente como: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. Notadamente o texto talvez proposital da referida lei, vai muito mais além do que a definição retirada do dicionário pois a lei cita além de todos os aspectos correlacionados, as interações físicas, químicas e biológicas, o que causa uma diferença de conceitos pois não há como sustentar a dicotomia homem/natureza, é necessário a visão holística de que o ser humano sempre fará parte do meio natural assim como os outros seres vivos e nessa diferenciação é que precisamos agir como os outros seres ou seja: cuidar da casa ou cuidar do Oikos.

As políticas públicas para preservação, recuperação e sustentabilidade do meio ambiente no Brasil sempre foram deficitárias e insuficientes na sua aplicação, execução e fiscalização ou seja, preservar o meio ambiente nunca foi o ponto forte de nosso país e desde o seu descobrimento pelos portugueses há uma devastação sem precedentes às nossas riquezas naturais e a sua abundancia que se constituíam no mito da natureza inesgotável. O tempo passou, a degradação continuou, os problemas ambientais surgiam de forma lógica e o homem não consegue até hoje controlar sua vontade de destruir aquilo que muitas vezes se torna irrecuperável.

Nessa morosidade politica apenas em 1981 é que surgiu a Política Nacional do Meio Ambiente com o objetivo ainda não totalmente alcançado de preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental propícia à vida em todos os sentidos sendo a redação dessa regida pelos princípios da ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; proteção dos ecossistemas; controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; acompanhamento do estado da qualidade ambiental; recuperação de áreas degradadas; proteção de áreas ameaçadas de degradação; educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la.

Levando em conta os princípios acima citados vemos na educação ambiental em todos os níveis de ensino, a chama acesa da consciência ambiental pois não haverá nem Constituição Federal, nem lei, nem portaria, nem prisão, nem multa, que cessará a ação humana contra a natureza enquanto o homem não entender o poder e a consequência de suas ações.

A educação ambiental pode ser para alguns a medida mais importante, mais não resolverá o problema ambiental sozinha. A poluição dos recursos naturais está muito evoluída, por isso é importante também a aplicação de medidas que reestruturem o ciclo do manejo florestal, a conservação da natureza e a recuperação de áreas degradadas. Há uma certeza para cenários futuros, a de que, grande parte dos recursos naturais são esgotáveis e não somente a vida humana será prejudicada mas toda uma cadeia de ecossistemas que depende dos ciclos naturais.

Como incentivo a preservação ambiental, um dos critérios para adquirir benefícios fiscais e financiamentos em estabelecimentos oficiais de crédito é preservar o meio ambiente. A Política Nacional do Meio Ambiente reforça esse preceito, além de outros, em seu art. 14, quando impõe aos transgressores das medidas de preservação ou correção de danos causados pela degradação ambiental à multa simples ou diária, à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito, à suspensão de sua atividade, além de obrigar o poluidor, independentemente de haver culpa, a indenizar e reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiro, que foram afetados por sua atividade. A Lei nº 6.938/81 ainda estabelece uma pena restritiva de liberdade (reclusão de três anos, podendo ser dobrada dependendo da gravidade) combinada com multa nos casos em que o poluidor “expuser a perigo a incolumidade humana, animal ou vegetal, ou estiver tornando mais grave situação de perigo existente [...]” (art. 15).

A Política Nacional de Meio Ambiente, como um divisor de águas, veio consolidar os desafios do gigante em berço esplêndido pois, não é possível cuidar e fiscalizar um território tão vasto, sem o devido respaldo jurídico necessário a não somente punição dos infratores, mas também à educação tanto de infratores quanto daqueles que desejam ver esse berço, ainda esplêndido e maravilhoso por muitos e muitos anos.

3.4 Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)

O Programa Nacional de Educação Ambiental coordenado pelo órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental tem em suas ações o propósito de assegurar, na dimensão educacional, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política ao desenvolvimento do País, resultando em melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições ao longo prazo.

ProNEA é um exercício de transversalidade, criando espaços de interlocução e internalização da educação ambiental e contribuindo assim para a busca do diálogo entre as políticas setoriais ambientais, educativas, econômicas, sociais e de infraestrutura, de modo a participar das decisões de investimentos desses setores e a monitorar e avaliar, sob a ótica educacional e da sustentabilidade, o impacto de tais políticas. O Programa vem sendo fortalecido pela Política Nacional de Educação Ambiental e que por sua vez também fortalece o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), por intermédio do qual a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) é executada, em sintonia com as demais políticas federais, estaduais e municipais.

Educação Ambiental é um dos elementos fundamentais da gestão ambiental, por isso o ProNEA vem desempenhando um papel importante na orientação de agentes públicos e privados para a reflexão e construção de alternativas e na busca da Sustentabilidade, proporcionando oportunidades de ressaltar exemplo de práticas e experiências que estão dando certo. Entre as diretrizes que permeiam as estratégias e ações do ProNEA, estão a Participação e o Controle Social, através da disponibilização de informações que permitam a participação social na discussão, formulação, implementação, fiscalização e avaliação das políticas ambientais voltadas à construção de valores culturais comprometidos com a qualidade ambiental e a justiça social; e de apoio à sociedade na busca de um modelo socioeconômico sustentável (MMA, 2014).

3.5 Porquê Educar Ambientalmente

A Declaração de Estocolmo (1972), já trazia em seu bojo a preocupação com a educação ambiental pois o “Princípio 19” traz a seguinte redação: É indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda sua dimensão humana. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massas evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos (MMA, 2014).

No Brasil, a E.A. aparece na legislação em 1973 enquanto atribuição da primeira Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) ligada à Presidência da República. Esta secretaria foi criada em atendimento às recomendações da Conferência de Estocolmo (1972), um dos marcos iniciais do debate ambiental em nível internacional. Mas é principalmente

nas décadas de 80 e 90, com o avanço da consciência ambiental, que a E.A. se expande no Brasil e se torna objeto de um conjunto significativo de políticas públicas e da agenda de movimentos sociais (CARVALHO, 2008).

Como um dos princípios da Política Nacional do Meio Ambiente, temos a educação ambiental em todos os níveis de ensino e quase duas décadas após essa Lei 6.938/81 foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental referendando a E.A. à construção de uma consciência em âmbito individual e coletivo da relação entre as ações humanas e suas consequências ambientais, valorizando o bem social comum e a sadia qualidade de vida.

Nisso a educação ambiental deve ser valorizada desde os níveis primários do ensino, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, não especifica o ensino obrigatório desse assunto tão importante à consciência correlacionada ao trabalho e à cidadania do educando; enquanto que outros assuntos que possuem importância similar a educação ambiental são mencionadas de forma obrigatória ao currículo escolar, como o ensino de artes e de forma optativa, o ensino religioso. Lembrando que esses ensinamentos, artístico e religioso, não deixam de tratar de meio ambiente cultural, porém, de caráter limitado, tendo em vista a vasta abrangência do significado de meio ambiente. Enfim, a LDB estabelece uma educação ambiental desenvolvida de forma interdisciplinar com as demais áreas que engloba o assunto indiretamente, como a biologia, a geografia, a física e a química. Posição também defendida na Lei 9.795/99 no § 1º do art. 10: “A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino”, mais como uma prática educativa integrada às disciplinas do ensino formal.

Desde a conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano, celebrada em 1972, a E.A. foi apresentada como um meio prioritário de alcançar os fins de um desenvolvimento sustentável. Depois a conferência intergovernamental de E.A. celebrada em Tbilisi, em 1977, estabeleceu os princípios gerais que deviam orientar os esforços de uma educação relativa ao ambiente. A E.A. entende-se portanto, como a formação de uma consciência fundada numa nova ética que deverá resistir à exploração, ao desperdício e a exaltação da produtividade concebida como um fim em si mesma (LEFF, 2011).

Referindo-se ainda à Lei 9.795/99, que dispõe sobre a educação ambiental, ela reafirma o direito constitucional assegurado no art. 205 da CF de 1988: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, a referência ao exercício da cidadania encontra-se no inciso IV, art. 5º da Lei 9.795/99, que trata dos objetivos fundamentais da educação ambiental: “o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania”. Fica claro que a educação ambiental não terá a qualidade necessária se for abordado

assuntos ambientais apenas em sala de aula com os educandos, mas devendo estar inserida no meio social de modo que as informações educativas alcancem a todos, garantindo a democratização das informações socioambientais, e este processo de formação e conscientização não só deve sensibilizar, mas modificar as atitudes e fazer adquirir os novos enfoques e conhecimentos que a interdisciplinaridade exige, isto é, a cooperação entre as disciplinas tradicionais indispensáveis para aprender a complexidade dos problemas do meio ambiente e para a formulação de suas soluções (Unesco, 1980).

A E.A esta efetivamente oferecendo um ambiente de aprendizagem social e individual no sentido mais profundo da experiência de aprender. Uma aprendizagem em seu sentido radical, a qual, muito mais do que apenas prover conteúdos e informações, gera processos de formação do sujeito humano, instituindo novos modos de ser, de compreender, de posicionar-se ante os outros e a si mesmo, enfrentando os desafios e as crises do tempo em que vivemos (CARVALHO, 2004).

A falta de consciência e responsabilidade ambiental agravam o problema da exploração das riquezas naturais, onde o ser humano pode ser tão sábio em alguns momentos do cotidiano quando consegue indagar usando de sua sabedoria popular se vai chover ou não, mais não consegue compreender que determinadas ações rotineiras prejudicam demasiadamente o meio onde vivem, a exemplo dos pequenos e grandes produtores com suas práticas de queimadas, avanço das monoculturas sobre Matas Ciliares, uso excessivo e despejo indiscriminado de pesticidas em rios, córregos e lagos dentre tantos outros. Até quando a natureza suportará tantos erros e idiossincrasias? A resposta é clara. Até o momento que a educação ambiental for efetiva e sólida a ponto de modificar o entendimento errôneo, tanto dos que cometem crimes ambientais por falta de cultura, quanto daqueles que cometem sabendo que é ilegal, porém sem enxergar os efeitos e consequências ambientais e penais. A E.A. somente terá resultados significativos quando o ser humano, o principal causador da degradação ambiental e consequente alteração climática, aceitar o entendimento que todos os ecossistemas devem ser preservados para uma integração do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais respeitando a vida animal, vegetal e humana, inclusive a biodiversidade em perfeita consonância, com os elementos naturais, seja o calor do sol, o ar, a água, os solos enfim, criando um campo propício para um desenvolvimento sustentável diante da transformação física realizada pelo ser humano na procura da satisfação de suas necessidades. Segundo Gustavo F. C. Lima:

Assistimos e continuamos a observar, nos debates e discursos ambientais, afirmações genéricas e abstratas que apontam “o homem como o grande adversário da natureza” ou que mencionam as “ações antrópicas” como responsáveis pela crise ambiental. Em sentido genérico e coloquial, não estão incorretas, mas carecem de precisão, aprofundamento e crítica e acabam contribuindo para formar uma representação simplista do problema (LIMA, 2009).

Por tudo isso a preocupação que se traduz hoje em proporções universais e em dimensões planetárias, se deve ao fato da destruição em nome do progresso, que tem implicado, inclusive nas mudanças climáticas, degradação de sistemas biológicos e redução da condição de vida inclusive de escassez de alimentos. Mas se o autor acima levanta a questão de que o antropocentrismo e a ação antrópica não são elementos suficientes para definir a degradação ambiental, então em que moldes é necessário intervir para que o ser humano sim, seja senão o responsável direto, mas pelo menos o corresponsável pelos seus atos degradantes e a dissociação entre os aspectos biológicos/ecológicos e os aspectos políticos e sociais da crise ambiental, devem permear a percepção de que o habitat natural é vulnerável e qualquer ideia simplista sobre tão relevante tema, se constitui em perfeita balela.

A resposta poderá vir através de uma ação contínua em educação ambiental, que deve seguir estratégias para que a natureza se reorganize frente as devastações e a complementação assertiva de “medidas transversais” é uma opção para esse enfrentamento, aproveitando áreas degradadas e buscando sua regeneração, seja através de ações de plantio de reconstituição da floresta nativa ou no caso de outros ecossistemas, a devida reposição ou pelo menos a tentativa de reconstituir a sua forma original. As regiões que ainda não foram atingidas pela busca de recursos pelo ser humano devem ser preservadas, e as que atualmente são utilizadas, com estratégias de sustentabilidade, entendendo que, não deve derrubar uma árvore ou soltar balões porque “haverá um delito e uma infração acarretando multa e se for o caso a detenção”, e sim porque isso representa um dano social e ambiental, sendo os recursos naturais sujeitos ativos no equilíbrio ambiental. Marcos Sorrentino poderá que:

Cumpra à educação ambiental fomentar processos que impliquem o aumento do poder das maiorias hoje submetidas, de sua capacidade de autogestão e o fortalecimento de sua resistência à dominação capitalista de sua vida (trabalho) e de seus espaços (ambiente) (SORRENTINO, 2005).

E ainda que:

A educação ambiental, em específico, ao educar para a cidadania, pode construir a possibilidade da ação política, no sentido de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita (SORRENTINO, 2005).

Essa coletividade responsável precisa se envolver e mergulhar na conscientização através da educação ambiental o que é um forte aliado à sustentabilidade e à responsabilidade com o ambiente natural em si, respeitando seus limites e desapropriando-se da síndrome do inesgotável, citando as palavras da ex-ministra do Meio Ambiente, Sr^a. Marina Silva, em um discurso de 30 de agosto de 2009 quando da sua filiação ao partido verde ligado às causas ambientais, ela lembra que:

“... o sistema climático, que está mudando, pelo seu aquecimento, nos dá conta, como um recado mais radical da relação nefasta do homem com a natureza, de que chegamos à era dos limites; de que não é mais possível continuar com a mesma visão de desenvolvimento linear. Não é mais possível imaginar o desenvolvimento, sem que isso se traduza em duas responsabilidades: como atender os reais direitos das gerações presentes, sem que isso signifique comprometer os reais e legítimos direitos daqueles que ainda não nasceram? Essa é a equação que está colocada em todo o mundo, para todos os homens, para todas as mulheres, de todos os setores da sociedade. É isso que chamamos de desenvolvimento sustentável’ (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009).

Porque educar ambientalmente? Apenas para cumprir protocolos de leis aprovadas muitas vezes por pressões de organismos internacionais, para não ser taxado de retrocesso? E porque ainda se ensina nas escolas e instituições que a educação ambiental é apenas juntar latinhas usadas para reciclar ou plantar uma muda de árvore no canteiro da praça? Porque não tratar das questões socioambientais, como se isso fosse um tabu ou algo dissociado da questão em si pelo motivo de que a tal da sustentabilidade precisa ser questionada sim entre os alunos, se o futuro vai poder contar com recursos naturais para toda a humanidade ou se vai estar contida na mão de alguns poucos privilegiados?

A maioria dos docentes nas escolas, trabalha com Educação há anos, como se pode verificar nas informações coletadas, então porque será que estes professores não utilizaram a E.A. antes? Tal situação pode estar acontecendo pelo fato de que a maioria dos cursos de licenciaturas não tratam da Educação Ambiental com os acadêmicos, formando assim professores que não foram incitados da importância em abordar questões ambientais com os alunos. A EA deve ser explorada na educação escolar, pois é um dos agentes fundamentais para a divulgação dos princípios da educação ambiental e sua sustentabilidade, devendo ser abordada de forma sistemática e transversal, em todos os níveis de ensino, mas principalmente no ensino onde o cidadão encontra-se em formação inicial dos seus conceitos e valores (MELO, 2009).

Educação Ambiental é um processo que consiste em propiciar as pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa, a respeito das questões relacionadas com a conservação e adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado (MEDINA, 2001).

Diante disso vemos a necessidade sim de educar ambientalmente, não somente alunos, mas e também docentes que muitas vezes passaram pela graduação/ licenciatura, sem sequer ouvir falar da E.A. e sem o devido estímulo para as questões ambientais, face a sua transversalidade. Docentes despreparados para responder questões básicas sobre o meio ambiente e que muitas das vezes se camuflam nas desculpas de que não são formados nas áreas de ciências biológicas, mas o que isso tem a ver, se até no ensino da matemática a Educação Ambiental pode estar presente, e um exemplo simples disso é que

um engenheiro civil, deveria estar ciente de que construir um prédio a beira-mar, é condená-lo à erosão, pura matemática de calcular as distâncias certas para o avanço do mar e as áreas de restinga! Então fica a pergunta: Porque educar ambientalmente?

3.6 Educação Ambiental e Sustentabilidade

Pensando na educação ambiental como um veículo de transformações e com o intuito de tentar reverter um quadro caótico instalado visto que, o atual modelo de produção e consumo, o qual tem sido um dos principais agentes no processo de degradação ambiental, onde a população sucumbe aos apelos da mídia adquirindo produtos muitas vezes desnecessários intensificando assim a destruição do meio ambiente natural e colocando em risco a sustentabilidade do planeta, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento a Eco-92, realizada em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, foi elaborado um documento chamado de Agenda 21, onde consta um plano de ações visando a melhoria da qualidade de vida e da situação ambiental do planeta. Através desse documento, surge um dos conceitos de Consumo Sustentável, trazendo consigo uma nova proposta de mudança nos modos de produção e nos padrões de consumo ficando também definido como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2014).

Em 1987, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da Organização das nações unidas, em reunião na Noruega, decidiu pela elaboração de um documento denominado “Nosso Futuro Comum” o conhecido Relatório Brundtland, onde os governos signatários assumiam o compromisso de promover o desenvolvimento econômico e social mas sempre comprometidos com a preservação do meio ambiente (CMMAD, 1987). Esse relatório gerou uma das definições mais evidentes para o conceito de sustentabilidade onde: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987).

Consumo Sustentável, é uma das facetas do tema Sustentabilidade, o que sugere algo mais abrangente, quando se fala em recursos naturais e sua esgotabilidade, visto que a globalização tão apregoada e que paulatinamente vem dominando nossas mentes e nossos meios, insurge-se como elemento aderente no processo evolutivo da humanidade, sem ter ao menos a chance de concretizar

uma sociedade equitativa no sentido da divisão igualitária desses recursos. Segundo Capra:

O conceito de sustentabilidade foi criado no começo da década de 1980 por Lester Brown, fundador do Instituto Worldwatch, que definiu a sociedade sustentável como aquela que é capaz de satisfazer suas necessidades sem comprometer as chances de sobrevivência das gerações futuras. Alguns anos depois, o relatório da comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (o famoso “Relatório Brundtland”) usou a mesma definição para apresentar a noção de “desenvolvimento sustentável”. “A humanidade tem a capacidade de alcançar o desenvolvimento sustentável – de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades”(CAPRA, 2002).

O discurso parece bem eficiente, mas a prática não revela toda a veracidade do momento onde Capra ainda pondera que:

Essas definições de sustentabilidade são admoestações morais de grande importância. Lembram-nos da nossa responsabilidade de deixar para nossos filhos e netos um mundo dotado de tantas oportunidades quantas havia no mundo que nós mesmos herdamos. Entretanto essa definição nada tem a nos dizer sobre como construir uma sociedade sustentável. É por isso que, mesmo dentro do movimento ambientalista, tem havido muita confusão sobre o sentido dessa “sustentabilidade”(CAPRA, 2002).

A ideia de promover a reflexão dos hábitos de consumo da população, despertando a consciência de que muitos dos recursos naturais não são renováveis e correm o risco da escassez e o consumidor deve adquirir somente o que for necessário para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência, evitando produtos supérfluos e principalmente o desperdício, seria uma das principais contribuições para a preservação ambiental e também para se atingir um desenvolvimento sustentável que pudesse garantir às futuras gerações a mesma qualidade de recursos utilizados hoje, havendo também um comprometimento entre os setores industriais e a sociedade em relação as praticas de produção e de consumo (BIASSOTO et al., 2010). Diegues pondera que:

Tanto a Agenda 21 como o Relatório Brundtland, não era simplesmente acordos de cavalheiros para cumprir protocolos, mas importantes ferramentas que poderiam e deveriam ser usadas para que a presente e as futuras gerações levassem em conta o esgotamento dos recursos em face do consumo desenfreado, trazendo a proposta de uma nova concepção da economia no que se refere a custos e benefícios, levando em conta as variáveis ambientais, enfatizando a importância da participação política, recomendando um equilíbrio entre o uso dos recursos e o crescimento demográfico (DIEGUES, 1992).

Existe uma enorme dificuldade de compreensão de que a sociedade do consumismo gera enormes pressões sobre o meio ambiente, já que não existe produto que não contenha material oriundo da natureza, portanto a produção depende da exploração dos recursos ambientais, e não há descarte de rejeitos que não volte à Terra. Enfim, o que se propõe é uma mudança de paradigma, de

busca de equilíbrio nas relações de produção e consumo para todos. A formação de um consumidor-cidadão implica necessariamente uma nova postura diante do ato de consumir e depende da produção de mais conhecimento sobre o tema do consumo sustentável, relativamente pouco sistematizado no Brasil e no exterior. Depende também de campanhas por parte da sociedade organizada, que deve exigir padrões de produção que respeitem a natureza e a saúde humana. A grande mídia também deve aderir à causa. Esse é um tema que acompanha as discussões relativas ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e nasceu principalmente como uma demanda do movimento ambientalista, que passou a questionar o modelo de desenvolvimento econômico atual, altamente baseado na exploração irracional dos recursos naturais (MEC/SEF/COEA, 2001).

Também com mudanças de hábitos simples por parte dos mercados consumidores, a melhora é visível e significativa no meio ambiente, seja pela destinação de resíduos para reciclagem, uso do transporte público, preferência pela compra de produtos com selos verdes dentre outras ações que, se realizadas pela grande maioria da população, podem promover a melhoria da qualidade do ar, uso racional dos recursos naturais, além de gerar emprego e renda para atividades econômicas com manejo sustentável sendo essa uma tendência ainda que tímida em diversos segmentos da sociedade e “a adoção de um estilo de vida mais simples e solidário, em que o desejável seja progressivamente substituído pelo realmente necessário e, ao mesmo tempo, a consideração global da problemática ambiental ou a interiorização dos custos ambientais, começando pelos que geramos como indivíduos em nossas tarefas cotidianas (DIAZ, 2002).

Não somente as escolas e as instituições de ensino, mas todo e qualquer movimento organizado sendo associativo ou não os quais abordam as questões ambientais através da educação Ambiental com respaldo na Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 e implementada pelo Pronea (Programa Nacional de Educação Ambiental) tem um papel essencial durante todo o processo, como veículo de transformação e comunicação para que a população tenha informações qualificadas e o consumidor possa fazer suas escolhas de forma consciente garantindo assim a transição das cadeias produtivas para uma economia verde cumprindo assim sua função de informar a sociedade sobre consumo sustentável além de direcioná-la para a adoção de boas práticas, as quais visam a melhoria da qualidade de vida. Acima de tudo as políticas públicas devem trazer mudanças significativas nos processos produtivos, diversificando a oferta dos produtos sustentáveis disponíveis no mercado e reduzindo o impacto das cadeias produtivas sobre o meio ambiente garantindo assim a qualidade ambiental e a qualidade de vida tão almejada. Segundo Dias (2004), partindo da publicação do trabalho-denúncia de Rachel Carson, a temática ambiental passaria a fazer parte das inquietações políticas internacionais, e o movimento ambientalista mundial

iria tomar um novo impulso, promovendo uma série de eventos que formariam a sua história (DIAS, 2004).

O grande desafio que se coloca para os cidadãos, as empresas e os governos é buscar implementar um conjunto de medidas, diretrizes, propostas, projetos, enfim, ações no sentido de promover o consumo e a produção sustentáveis. Isso só vai se tornar possível pelo incremento das iniciativas educacionais no campo do desenvolvimento sustentável. Além dessas iniciativas educativas, deve-se buscar integrar uma série de instrumentos para se alcançar os fins últimos do consumo sustentável e a educação Ambiental através da Política Nacional de Educação Ambiental instituída pela Lei acima citada, tem um papel essencial durante todo o processo. Além de tudo as políticas públicas devem trazer mudanças significativas nos processos produtivos, diversificando a oferta dos produtos sustentáveis disponíveis no mercado e reduzindo o impacto das cadeias produtivas sobre o meio ambiente garantindo assim a qualidade ambiental e a qualidade de vida tão almejada por todos.

O apoio às instituições que desenvolvem ações que visem a melhoria da qualidade de vida, a disseminação dos conhecimentos para se ter atitudes ambientais e se chegar a esse nível de qualidade e a implementação de projetos que visem a soma das ações e informações e a prática dos conhecimentos, são fatores fundamentais para que a Educação Ambiental seja uma ferramenta eficiente. A população em geral consome sem ao menos ter noção de que a grande maioria dos resíduos oriundos desse consumo desenfreado, pode ser reciclado, reutilizado e ou reduzido e diversos materiais que com o passar dos anos foi-se descobrindo o seu reuso e a sua verdadeira utilidade e que reciclados, muito dos recursos naturais poderiam ser poupados em sua extração. Outro fator relevante é a disposição de todo o material descartado ou descartável onde aparentemente pode ser uma solução viável, criar um objeto, invólucro ou material, que possa ser substituído rapidamente sem retorno, mas que num futuro próximo, ira saturar lixões e aterros sanitários por vários municípios e localidades. Enfim não há como fazer abordagens em E.A., sem mencionar o tema “Sustentabilidade” pois como salienta Marcos Reigota:

Meio ambiente é um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade (REIGOTA, 1994).

Para todo o educador, Educação Ambiental deverá estar fundamentada na questão crescimento econômico com preservação do meio ambiente, pois o radicalismo da questão, poderá nos levar há um distanciamento maior do que já se tem em relação aos problemas ambientais contemporâneos e o contrário, a frouxidão nos temas, poderá relegar o meio ambiente à visão colonialista da natureza apenas como objeto de exploração dos recursos naturais.

3.7 O Ensino Ambiental Público no Brasil

Concebendo um sistema de ensino público formal, mergulhado em suas matrizes curriculares, sem espaço sequer para a transversalidade da educação ambiental, docentes desmotivados e sem expectativas para romper com esse tradicionalismo, estruturas precárias em instituições de ensino e falta de recursos, engessam o futuro de meninos e meninas e atrofiam o senso crítico dos discentes que muitas vezes tem seus questionamentos sucumbidos pela falta de trato nas questões relativas ao meio ambiente.

A figura da instituição de ensino como o ápice de todas as respostas ou mesmo a figura do professor(a) como o super-herói que rompe todas as barreiras aos mais diversos questionamentos, infunde um misto de surreal e palpável aos processos educacionais. Trazendo a tona a educação formal e conservadora em si, quando trata de um adestramento no processo formativo, no sentido de que muitas vezes não se rompe com as formas tradicionais na busca pelo conhecimento e isso torna-nos cidadãos mecanizados e cada vez mais impulsionados pelo consumismo desenfreado sem refletir se nossas ações são coerentes com o discurso ecológico em voga, essa educação muitas vezes vem carregada de adjetivos e subterfúgios, mascarando o sentido real das questões ambientais como por exemplo: plantar uma muda de árvore no pátio da escola como se fosse o último recurso para salvar o planeta do tão famigerado desmatamento, leva os alunos a uma educação ambiental lúdica, simplista e sem envolvimento.

Infelizmente, é preciso admitir ainda que adestramento, em vez de educação é o que ocorre em diferentes níveis e áreas do ensino formal em nosso país. Por que isso acontece? A educação adestramento ou a educação de caráter adestrador – é uma forma de adequação dos indivíduos ao sistema social vigente. Não se quer dizer com isso que uma adequação seja intrinsecamente ruim, pelo contrário, adequações são sempre necessárias para se viver em qualquer sociedade. O que se deseja criticar, sim, é a adequação que conduz particularmente a perpetuação de uma estrutura social injusta (BRÜGER, 2009).

Esse pensamento na área de ensino tem gerado uma formação mais que tradicional e conservadora, tem descaracterizado os verdadeiros motivos de se colocar o ambiental na educação sugerindo que as ministrações das aulas de ciências ou geografia, que muitas das vezes trazem um cabedal de informações que vem como uma avalanche mas que pouco contribuem para formar cidadãos efetivamente ecológicos e torna-lo muito mais do que um aluno por trás de uma carteira escolar, são suficientemente programáticas para o ensino e a transversalidade da educação ambiental, definindo uma escassez de temas,

projetos e até mesmo do avanço da E.A. como instrumento democrático e formador de cidadãos apercebidos.

O contexto da educação ambiental nas escolas públicas seja qual for o nível, se fundamental, médio ou superior, passa ou deveria passar pelo crivo da questão: o ambiental na educação ou a educação no ambiental, gerando um forte questionamento no sentido de que é necessário um envolvimento muito maior do que uma simples aula de ciências ou uma abertura muito maior do que uma simples explanação geográfica regional. Os discentes precisam conhecer a geografia de outros países mas muito mais o seu próprio entorno, saber por exemplo que atrás da escola pode ter uma micro bacia de captação ou então que a escola está próxima de uma unidade de conservação e que talvez muitos estão sentados nas cadeiras e debruçados nas carteiras sem mesmo saber que aquela área que todos chamam de matagal atrás da escola, é um parque municipal protegido por legislação específica. Não pode continuar havendo um adestramento ambiental, mas há que se romper em liberdade a busca pelo papel do ser humano no contexto da vida e ser este, não mais um intruso espoliador do meio natural, mas um agente que corrobore para que haja uma qualidade de vida sem degradação do meio ou como diz Paulo Freire:

Os homens, pelo contrário, ao terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão, ao atuarem em função de finalidades que propõem e se propõem, ao terem o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com mundo, e com os outros, ao impregnarem o mundo de sua presença criadora através da transformação que realizam nele, na medida em que dele podem separar-se e, separando-se, podem com ele ficar, os homens, ao contrário do animal, não somente vivem, mas existem, e sua existência é histórica (FREIRE, 2011).

O ensino ambiental visto pelo prisma da crítica aos padrões atuais deve levar em conta que o homem pode sim e deve viver em harmonia com o meio natural, pois temos relatos históricos dessa relação, é só olhar os primórdios da humanidade e ver que a sabedoria popular de nossos ancestrais, ajudava e corroborava na preservação de muitas espécies de fauna e flora.

Essa reflexão baseada no diagnóstico da educação pública no município em questão, não pretende ser um instrumento de denuncia para o descaso com a E.A., não obstante uma legislação federal outra estadual e tantas resoluções, programas e projetos para implementar a E.A. nas instituições de ensino, mas sim corroborar para se chegar a um consenso de que ainda é muito pouco o que se faz para que a transversalidade da E.A. seja efetiva e que a formação do sujeito ecológico que se pretende alcançar através principalmente do ensino e não do adestramento ambiental é reflexo do fato de:

No âmbito dos setores competentes da Educação no Brasil, não se vislumbrava, até então, a mais remota possibilidade de ações de apoio à Educação Ambiental, quer pelo desinteresse que o tema despertava entre os políticos dominantes, quer pela ausência de uma política educacional definida para o país, como reflexo do próprio momento que atravessava.

Percebendo essa situação e sabendo da urgência ditada pela perda de qualidade ambiental, amplamente discutida na comunidade internacional, os órgãos estaduais brasileiros de meio ambiente tomaram a iniciativa de promover a Educação Ambiental no Brasil. Começariam a surgir as parcerias entre as instituições de meio ambiente e as Secretarias de Educação dos Estados (DIAS, 2004).

Pelo histórico da Educação Ambiental no ensino público tanto global quanto local, algumas questões levantadas anteriormente são imprescindíveis para se chegar a um consenso sobre educação e suas vertentes, seja formal ou inovadora e é onde se quebram alguns paradigmas e a educação deixa de ser somente para escolas e instituições de ensino, pois há muito que aprender sobre meio ambiente também fora das salas de aula.

4. MATERIAIS E METODOS

4.1. Caracterização da área de estudo

Quando se fala no litoral do Paraná, deve-se ter em mente que apesar da sua pequenez geográfica no mapa do Brasil ou seja, o litoral paranaense é um dos menores do país, nem por isso é o menos importante. Estamos falando da única região litorânea em toda a costa brasileira que possui faixa contínua de Mata Atlântica, bioma considerado um hotspot de biodiversidade, sem recortes ou seja sem interrupções, desde o extremo norte na Barra de Arapira, quase divisa com o Estado de São Paulo, até o extremo sul onde o rio Sai-Guaçu desemboca no mar limitando geograficamente o Estado do Paraná com Santa Catarina.

Essa peculiaridade do litoral paranaense, figura em aspectos muito importantes como um complexo estuarino que abriga várias espécies, uma baía que favorece a navegação e conseqüente atividade portuária e a inserção de várias Unidades de Conservação tanto municipais, como estaduais e federais o que caracteriza uma região extremamente fragilizada e passível de impactos e todo o tipo de problemas que afetam o meio ambiente natural, a exemplo de vários acidentes como derramamento de óleo combustível, nafta e derivados de petróleo ocasionando até mesmo explosões como a do navio Vicunha em novembro de 2004. Ainda falando em fragilidades, vemos constantemente a legislação ambiental sendo burlada pela extração ilegal de recursos naturais protegidos como o palmito juçara e a pupunha, a extração do caranguejo com armadilha como o laço, a pesca predatória desrespeitando o período de defeso do camarão, a extração ilegal de madeira das UC's e a ocupação irregular de áreas de manguezais entre outras atividades tidas como ilícitas e predatórias o que se traduz em saturação do bioma e a conseqüente fragilização dos ecossistemas ali presentes.

Mas por quê é necessário e urgente uma intervenção em educação ambiental no litoral do Paraná e porque muitas das ações existentes são pulverizadas pelo falta de apoio do poder público ou talvez a falta de políticas de incentivo a E.A., ou até mesmo a falta de capacitação e formação de educadores, falta de espaços educadores sustentáveis e até a burocracia institucional que

trava o sistema público de ensino. Há urgência sim de um E.A. efetiva e atuante, comprometido com a transversalidade e descomprometida com favorecimentos políticos. E porque se falar em política e Educação Ambiental, num contexto de sete municípios alguns essencialmente agrícolas, outros agrícolas e turísticos, municípios com atividades apenas turísticas, e outros com forte atuação no setor logístico portuário? Talvez pelo fato de no último pleito eleitoral, não termos quase nenhuma representatividade política tanto estadual quanto federal um reflexo da insatisfação dos eleitores com seus representantes no passado. Fato é que a E.A. no litoral do Paraná precisa romper as barreiras políticas, sociais, educacionais e ambientais e estar inserida em todos os segmentos da sociedade litorânea (haja vista que no projeto Salas Verdes do MMA não há nenhuma cidade litorânea contemplada), tanto em escolas como em empresas órgãos públicos, instituições públicas e privadas, ong's, igrejas, enfim, em todo o lugar onde se possa não somente ensinar ou educar ambientalmente mas e principalmente praticar uma educação efetiva.

4.2. Metodologia

A partir desta caracterização da região de estudo, optamos por eleger o município de Paranaguá, como fonte da pesquisa, por ser entre os sete abrangidos na região litorânea, o quem tem maior impacto das problemáticas ambientais, não que os outros não tenham ou sejam menos importantes, mas pelo fato de as atividades do porto, não somente as diretas, mas as indiretas, influenciarem propositalmente a população, o que testifica uma ação do ensino ambiental mais efetiva.

Os materiais utilizados nesse diagnóstico foram questionários elaborados com a caracterização das escolas, dos docentes, perguntas abertas, juntamente com a autorização do Núcleo Regional de Educação (ANEXO 8.4), para adentrar as escolas. O método utilizado foi a abordagem através de entrevistas com os educadores responsáveis pela E.A., sendo que muitas vezes não havia uma pessoa responsável, então o diretor(a) da escola assumia o compromisso de responder as questões inquiridas. A intenção realmente era ter o questionário respondido e poder conversar com os educadores não apenas como entrevistados mas como elementos importantes no contexto da E.A. nas escolas o que muitas vezes não foi possível devido ao tempo disponível dos mesmos. Através da análise do conteúdo dos questionários segundo (BARDIN, 2004), tomou-se como referência as escolas estaduais em detrimento das municipais e particulares, devido a peculiaridade do estudo ser baseado na educação ambiental crítica e por consequência sem a questão lúdica que envolve os projetos das séries iniciais, visando como referido em todo o corpo desse trabalho ao ensino fundamental 2, na faixa etária de 11 a 14 anos segundo a LDB.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o ano de 2014, houve um despertar pessoal para as questões ambientais no litoral do Paraná em específico, no município de Paranaguá dentre os sete da região litorânea por apresentar as características e peculiaridades supracitadas o que levou ao questionamento: Como está sendo feito e o que está contido no ensino ambiental dentro das escolas estaduais no município?

Por ser este um tema muito vasto e podendo incorrer no erro da generalização, surgiu a opção de pesquisar as escolas estaduais, no segmento dos alunos do ensino fundamental dois, que engloba os anos de 6^a a 9^{as} séries com uma faixa etária que vai dos 11 a 14 anos. Ao todo são 19 escolas no município considerando a área urbana e a ilha dos Valadares, 1 escola no distrito chamado de Alexandra, distante 14 km, 2 escolas na ilha do mel que pertence ao município de Paranaguá, 1 complexo esportivo considerado como escola mas apenas para atividades esportivas e de educação física, 1 escola de ensino jovens/adultos (CEEBJA) 1 centro especial de desenvolvimento da aprendizagem (CEDAP) e uma escola para alunos especiais (APAE) além de 4 escolas nas ilhas da baía de Paranaguá com deslocamento principal através de embarcação. Nota-se pela lista constante no NRE (Núcleo Regional de Educação) que não consta escolas estaduais nas localidades chamadas de “Colônias”, apenas escolas municipais, o que leva a uma logística considerável para os alunos do ensino fundamental dois, pois as escolas mais próximas seriam no bairro Porto Seguro, ou no distrito de Alexandra.

Esse é o contexto onde foi feito o diagnóstico que dá sustentação a esse trabalho, sendo que durante os primeiros três meses do semestre letivo, foi levantado um embasamento teórico e empírico para que no segundo semestre, e de posse de questionário elaborado com o intuito de entrevistar e colher informações dos educadores nas escolas, foi feita a saída a campo o qual revelou a intenção de saber qual o nível de ensino ambiental, qual a linha didático/teórica adotada e quais os projetos desenvolvidos além de outras perguntas que poderiam embasar as concepções de E.A. para a conclusão dos trabalhos sobre esse levantamento.

Em questionário específico (ANEXO 8.4) dirigido aos responsáveis pela E.A. nas escolas selecionadas, sendo que das escolas situadas nas ilhas, nenhuma foi visitada por questões de logística, e das escolas do município, apenas 14 escolas foram feitas entrevistas e dessas apenas 30% conseguiu-se efetivamente um horário disponível para uma entrevista de fato. Sendo um município referência no Estado devido ao seu potencial turístico e atividade portuária impactante, chama atenção o fato de pouca importância ser dada a E.A. e ao desenvolvimento de projetos, o que fica evidente o empobrecimento da feira de meio ambiente que ocorre no parque da cidade na semana que leva o mesmo nome. Vê-se os mesmos projetos a cada ano que passa, e as mesmas empresas de sempre que estão comprometidas com a preservação ambiental muito mais pelo seu marketing verde do que pela real situação em si.

As tabelas logo abaixo, demonstram a situação das escolas em relação a Educação Ambiental, não que haja um descaso, mas por diversos fatores há uma discrepância quando se fala em ações e projetos e a própria importância da E.A.,

o que ainda é visto como atividade complementar apenas, e não como elemento da interdisciplinaridade no ensino em foco. A exemplo da escola José Bonifácio, onde não encontramos um responsável direto pela E.A. sendo assim, o professor Alex Weiss que também é diretor, se prontificou a dar-nos as respostas necessárias na entrevista agendada anteriormente o qual em suas palavras disse que apesar de ser uma instituição tão grande em estrutura e contingente não havia nenhum projeto em andamento e que a escola estava de portas abertas para os alunos da UFPR desenvolverem projetos e ações.

Antes de dar prosseguimento as tabelas é bom esclarecer que o MEC baseado na LDB (Lei de Diretrizes Básicas da Educação), definiu como escola as instituições que abrigam apenas o ensino fundamental e colégio para instituições que abrigam o ensino médio. Há casos em que uma instituição como o Colégio Estados Unidos da América, abriga ensino fundamental e médio no mesmo prédio, mas em horários diferenciados para não gerar conflitos de idade. Nesses casos há uma parceria entre o município que ficou definido como gestor das escolas de ensino fundamental 1 de 1ª a 5ªs séries e o estado responsável pelos colégios de ensino fundamental 2 da 6ª a 9ªs séries. Temos também aqui no município o Instituto Estadual de Educação Dr. Caetano Munhoz da Rocha, que é considerado como colégio por se encaixar nas condições acima apesar de sua designação como instituto de educação onde antigamente se chamava “Escola Normal de Paranaguá”, na qual iniciou suas atividades formando professores e professoras.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS/COLEGIOS ESTADUAIS VISITADOS

Nº	ESCOLAS/COLEGIOS	Caracterização da Escola	
		Total de Alunos da Escola	Faixa Etária Alunos da Escola
1	Arthur de M. Ramos	1.009	11 a 16
2	Carmem Costa Adriano	1.800	11 a 18
3	Cidália Rebelo Gomes	1.464	11 a 17
4	Didio Augusto de Camargo Viana	210	9
5	Estados Unidos da America	1.377	11 a 20
6	Faria Sobrinho	550	11 a 17
7	Helena Viana Sundin	500	10 a 17
8	Instituto Dr. Caetano Munhoz Rocha	1.300	10
9	José Bonifácio	1.900	13 a 17
10	Mª de Lourdes Morozowski	181	-
11	Regina Maria Barroso de Melo	816	11 a 16
12	Roque Vernalha	420	14
13	Vidal Vanhoni	300	10 a 17
14	Zilah dos Santos Batista	-	11 a 17

Essa primeira tabela revela uma disparidade entre o numero de alunos entre as varias escolas pesquisadas em virtude de algumas escolas infelizmente terem uma estrutura bem reduzida e outras grandes demais como no caso da escola José Bonifácio onde sua estrutura realmente comporta com facilidade seus 1.900 alunos, nesse caso verifica-se a real situação de um colégio que abriga tantos alunos mas que deixa muito a desejar nas atuações e projetos principalmente na Educação Ambiental ao contrário de escolas como a Dídio Augusto de Camargo Viana com um pequeno contingente, mas cheia de ações e principalmente muita vontade de crescer em projetos visando uma melhor qualidade de vida e meio ambiente. A escola Zilah dos Santos Batista não consta número de alunos pois não foi informado no questionário, mas o site da Secretaria Estadual de Educação consta mais de 1000 alunos matriculados no ensino fundamental, médio e profissionalizante.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELAS AÇÕES DE E.A.

Nº	ESCOLAS/COLEGIOS	Formação	Tempo de Formação	Tempo na Função
1	Arthur de M. Ramos	Pedagogia	-	11 anos
2	Carmem Costa Adriano	Pedagogia	-	25 anos
3	Cidália Rebelo Gomes	Ciências Biológicas	-	2 Anos
4	Didio Augusto de Camargo Viana	Ciências Biológicas	5 anos	-
5	Estados Unidos da America	Licenciatura em Ciências	-	-
6	Faria Sobrinho	Ciências Biológicas	6 anos	-
7	Helena Viana Sundin	Ciências e Matemática	-	27 anos
8	Instituto Dr. Caetano Munhoz Rocha	Ciências Biológicas	7anos	-
9	José Bonifácio	Administração	5 anos	-
10	M ^a de Lourdes Morozowski	Pedagogia História	-	-
11	Regina Maria Barroso de Melo	Ciências Biológicas	-	3 anos
12	Roque Vernalha	Ciências e Matemática	-	32 anos
13	Vidal Vanhoni	Pedagogia e Ciências	-	26 anos
14	Zilah dos Santos Batista	Ciências Biológicas	-	8 anos

A grande maioria dos responsáveis pelas ações de Educação Ambiental tem a sua formação em Ciências Biológicas o que leva a uma reflexão sobre o ensino ambiental no sentido de que o mesmo ainda é relegado as aulas de Ciências quando muito a Geografia que parece ter uma afinidade maior. Temos apenas uma formação em administração e duas em matemática e o restante em ciências, um quadro que precisa ser mudado em virtude da legislação qualificar a E.A. como transversal ou seja, docentes que ministram aulas de português e gramática podem sim exercer educação ambiental em sua classe. Não adianta dizer que não há relação alguma entre tal disciplina e Educação Ambiental pois todos estamos inseridos num contexto de graves deformações do pensamento colonialista que ainda vigora no ensino escolar brasileiro o de que a natureza é exuberante e inesgotável, levando uma geração de alunos em formação básica a acreditarem que o Brasil por possuir a maior floresta tropical do mundo e um dos maiores aquíferos (Guarani) das Américas, esta livre e longe de qualquer escassez seja de ar, água ou solo. Fica o aletro aqui para as instituições de formação de professores para que se faça um trabalho de base com Educação Ambiental não opcional, mas com uma integralização curricular plena.

5.3 CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES E PROJETOS DE E.A. (Percentual)

Nº	ESCOLAS/COLEGIOS	Total alunos nas escolas	Alunos envolvidos na E.A.	Faixa Etária Alunos na E.A.	Percentual %
1	Arthur de M. Ramos	1.009	675	11 a 14	66,89
2	Carmem Costa Adriano	1.800	600	11 a 15	33,3
3	Cidália Rebelo Gomes	1.464	0	0	0
4	Didio A.de Camargo Viana	210	180	12	85,71
5	Estados Unidos da America	1.377	30	11 a 18	2,17
6	Faria Sobrinho	550	90	11 a 13	16,36
7	Helena Viana Sundin	500	20	12 a 14	4
8	Instituto Dr. Caetano M. Rocha	1.300	80	12	6,15
9	José Bonifácio	1.900	0	0	0
10	Mª de Lourdes Morozowski	181	0	0	0
11	Regina Maria Barroso de Melo	816	0	0	0
12	Roque Vernalha	420	0	14	0
13	Vidal Vanhoni	300	40	12	13,33
14	Zilah dos Santos Batista	0	0	0	0
	Total	11.827	1715		14,5

Pela tabela representada acima vemos que ainda é grande o falta de comprometimento das instituições de ensino fundamental com a Educação Ambiental haja vista o total de alunos matriculados e o percentual de envolvidos nas ações e projetos. Segundo Genebaldo Freire Dias (2004), talvez seja a falta de recursos instrucionais ou livros didáticos especializados ou até mesmo as

publicações que chegam as mãos dos docentes e vem impregnadas com a visão preservacionista exclusiva, ingênua e desatualizadas cientificamente, mas o fato é que não se percebe um engajamento de instituições que comportam um contingente de alunos como é o caso do Instituto Estadual de Educação Dr. Caetano M. da Rocha com seus 1300 alunos matriculados e apenas 80 envolvidos em ações e projetos de E.A. sendo apenas 6,15% a participação e o envolvimento dos mesmos. O que poderia estar ocorrendo nesse caso? Seria realmente a falta de recursos instrucionais como já foi citado ou estamos diante de professores desestimulados não só na questão financeira o que parece pouco corriqueiro visto que muito de fala que a docência não é um trabalho ou uma profissão e sim um caso de amor pelo ensino, pois se realmente uma pessoa que se inicia no ensino superior visando ganhar dinheiro ou ficar rico através do ensino, está bem alienado da realidade brasileira principalmente no ensino público. Com essa visão desmotivadora, professores ainda insistem em desenvolver atividades reducionistas com seus alunos, batendo em teclas saturadas de informações que não tem levado a uma atitude realmente eficaz, como catar latinhas para reciclagem, reciclar papel artesanalmente. Será que isso realmente é estimulante para alunos do ensino fundamental 2 ávidos por novos desafios e descobertas?

5.4 CONCEPÇÃO DA E.A. ENTRE OS RESPONSÁVEIS PELAS AÇÕES E PROJETOS NAS ESCOLAS/COLEGIOS

Nº	ESCOLAS/COLEGIOS	CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
1	Arthur de M. Ramos	Ação educativa permanente pelo qual a comunidade como um todo tem a tomada de consciência de sua realidade global.
2	Carmem Costa Adriano	É promover ações responsáveis em defesa do meio ambiente, visando despertar o interesse da sociedade pela conservação da Mata Atlântica e garantir e garantir o abastecimento de água para a população, é toda a sustentabilidade do planeta.
3	Cidália Rebelo Gomes	Tem o objetivo de disseminar o conhecimento sobre o meio ambiente, tais como fazer conscientização e preservação do meio ambiente além de usarmos de forma sustentável
4	Didio A. de Camargo Viana	É o ato de educar para um novo conceito de mundo, com problemáticas ambientais, resoluções de pequenos problemas a sua volta.
5	Estados Unidos da America	Educação Ambiental é conhecer, descobrir, compreender, e preservar os ambientes em que voce está inserido.
6	Faria Sobrinho	Entende-se por E.A. as relações que o humano estabelece com a natureza por meio de ações educativas. A E.A. esta entrelaçada com tomadas de decisões para melhorar a qualidade de vida, respeitar a diversidade biológica e uso sustentável dos recursos naturais
7	Helena Viana Sundin	Conjunto de ações integradas que visam desenvolver conteúdos referentes ao meio ambiente que façam parte do dia a dia dos alunos e seus familiares também, assim como da escola e da vida.
8	Instituto Dr. Caetano Munhoz	É uma forma de estabelecer convivência harmoniosa com o meio que vivemos. Preservar para que futurar gerações consigam sobreviver.

9	José Bonifácio	Educação Ambiental precisa/necessita estar em paralelo na educação sala de aula e dia a dia de cada um de nós, pois é a partir do meio ambiente que extraímos todos os nossos recursos
10	Mª de Lourdes Morozowski	Tem por objetivo de entender e se relacionar com o meio ambiente, preservando e utilizando de uma forma sustentável.
11	Regina Mª Barroso de Melo	Entende-se por E.A. o ato de transmitir conhecimentos e habilidades e atitudes para conservação do ambiente; ambiente do qual somos integrantes
12	Roque Vernalha	E.A. é um processo de conscientização das pessoas em aprimorar sua qualidade de vida e preservação das espécies.
13	Vidal Vanhoni	É todo o processo usado para preservar o meio ambiente e desenvolver soluções limpas e sustentáveis.
14	Zilah dos Santos Batista	Eu entendo que é um tipo de educação que trabalhe a conscientização, a sensibilização da comunidade escolar a fim de alerta-los sobre os problemas ambientais atuais, trabalhar ações que minimizem os impactos sobre o meio ambiente. Informá-los que é possível retirar os recursos da natureza de maneira sustentável. Educar corretamente para que todos tenham ações que ajudem a natureza ser preservada por mais tempo.

5.4.1 EQUALIZAÇÃO DAS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Nº	ESCOLAS/COLEGIOS	AÇÃO EDUCATIVA	BIOLOGIZANTE	INTEGRAÇÃO	PARADIGMAS ECOLÓGICOS	CONSCIENTIZAÇÃ O	SOCIOAMBIENTAL
1	Arthur de M. Ramos	X				X	
2	Carmem Costa Adriano		X				
3	Cidália Rebelo Gomes	X				X	
4	Didio Augusto de Camargo Viana	X					X
5	Estados Unidos da America	X					
6	Faria Sobrinho	X		X			
7	Helena Viana Sundin	X					
8	Instituto Dr. Caetano Munhoz Rocha				X		
9	José Bonifácio				X		
10	Mª de Lourdes Morozowski	X					
11	Regina Maria Barroso de Melo	X					
12	Roque Vernalha		X				
13	Vidal Vanhoni		X				
14	Zilah dos Santos Batista	X				X	

O questionário aplicado entre os responsáveis pela Educação Ambiental nas escolas estaduais do município traz em sua primeira questão aberta, a seguinte indagação: O que você entende por Educação Ambiental? Temos na tabela anterior, a íntegra das respostas de cada responsável pela E. A. em sua escola/colégio e na tabela seguinte a equalização dessas respostas de forma a aglutinar conceitos semelhantes onde algumas respostas trazem em seu bojo um conceito claro de que a E. A. é apenas uma ação educativa não se importando com seus desdobramentos futuros mas apenas o presente e o momento de todo o contexto, sendo essa a maior parte das respostas. Vemos também duas respostas que tem certa relevância onde a concepção é tida como uma ação biologizante ou seja, aquela que tem a natureza como centro das ações e o ser humano como alheio a esse meio, também a concepção de que a E. A. é ou deve ser uma ação de conscientização, entendendo que o despertando a consciência ambiental dos alunos já se está praticando um benefício ao meio ambiente. Outras respostas seriam por ordem de importância, a concepção da quebra de paradigmas ecológicos como instrumento para uma mudança de mentalidade, a concepção de que o ensino ambiental seria uma forma de integralização entre ser humano e natureza, e também a concepção socioambiental que entre os responsáveis pela E.A. não foi constatado como resposta. Diante desse quadro, analisando o conteúdo das respostas, verifica-se que a educação ambiental no ensino fundamental, ainda está muito atrelada as quatro paredes ou seja, ao ensinamento ministrado dentro das salas de aula e principalmente nas aulas de ciências, quando a visão de ensino ambiental deve estrapolar as carteiras de uma instituição de ensino e mergulhar nos diversos segmentos da sociedade, contagiando o entorno da escola, o bairro e até mesmo o município, para que não se incorra no engano de tornar a E. A. mais um paradigma de problemáticas ambientais como ficou definido nas concepções de quebra de paradigmas onde se leva em conta o grande jargão da sustentabilidade que é preservar hoje para que as gerações futuras possam desfrutar dos mesmos recursos. Paula Brüger em seus comentários analisa esse quadro como um adestramento aos invés de uma educação ambiental sedimentada em verdades reais e não em paradigmas ecológico e preservacionistas, e é preciso não confundir meio ambiente com natureza ou ecologia natural onde ainda poderemos ser vítimas desse imbróglio e um ponto de partida muito interessante para quebrar esse ciclo de adestramento é a discussão do que é “não ambiental”, em vez do contrário, já que o não ambiental faz parte de quase tudo o que conhecemos e vivenciamos e o que precisamos para uma educação que venha arvorar o adjetivo ambiental e mais do que uma mudança qualitativa de conteúdos do que de “informações eficientes” o que só será possível com uma maior ênfase nos aspectos éticos e políticos da questão ambiental o que ainda segundo Brüger pode proporcionar a quebra desse adestramento e o surgimento de um horizonte melhor (BRÜGER, 2004).

5.5 IMPORTÂNCIA DE SE TRABALHAR E. A. NO ENSINO FUNDAMENTAL 2

Nº	ESCOLAS/COLEGIOS	IDADE FACILITA APRENDIZADO	SENSO DE RESPONSABILIDADE	ESTIMULA APRENDIZADO	DESENVOLVE VALORES	DESPERTA SENSIBILIDADE	NENHUMA IMPORTÂNCIA
1	Arthur de M. Ramos					X	
2	Carmem Costa Adriano	X					
3	Cidália Rebelo Gomes	X					
4	Didio Augusto de Camargo Viana		X				
5	Estados Unidos da America					X	
6	Faria Sobrinho				X		
7	Helena Viana Sundin				X		
8	Instituto Dr. Caetano Munhoz Rocha					X	
9	José Bonifácio					X	
10	M ^a de Lourdes Morozowski					X	
11	Regina Maria Barroso de Melo					X	
12	Roque Vernalha					X	
13	Vidal Vanhoni					X	
14	Zilah dos Santos Batista	X					

A disposição dessa tabela levou a uma reflexão pelo fato de que a maioria das respostas dos educadores leva em conta o despertar sensitivo dos alunos ou seja, uma sensibilidade maior para as questões ambientais, como no caso da incursão de algumas escolas/colégios no projeto “Escola/Parque” da secretaria estadual do meio ambiente, que proporciona transporte gratuito para os alunos visitarem o Parque Estadual Rio das Onças em Matinhos, com caminhadas pelas trilhas temáticas e um contato direto com uma fração da floresta atlântica preservada em forma de parque estadual protegido por lei. Um despertar da sensibilidade crítica para as questões ambientais é fruto de um engajamento de educadores comprometidos com o ensino ambiental, que pensam não apenas em catar latinhas para reciclagem mas em como fazer os alunos entenderem a real necessidade de se preservar o pouco que ainda resta do bioma Mata Atlântica ainda que seja apenas uma pequena fração da mesma. Por isso essa questão foi colocada propositalmente na pesquisa visando instigar os responsáveis pela E.A. a terem como importante essa fase do ensino para criar um embasamento das realidades ambientais e não apenas da questão lúdica do ensino ambiental e também porque é nessa etapa da formação escolar que através dessa instigação poderá despontar futuros cientistas que trarão soluções viáveis para as questões não somente ambientais mas de toda uma situação tecnológica defasada justamente pela falta desse incentivo primário básico.

5.6 ESCOLAS/COLEGIOS COM AÇÕES OU PROJETOS, A FREQUÊNCIA E AS SITUAÇÕES EM QUE SÃO DESENVOLVIDOS.

Nº	ESCOLAS/COLEGIOS	FREQUÊNCIA DAS AÇÕES DE E.A.					SITUAÇÕES EM QUE OCORREM					
		DIÁ	SEMANA	QUINZENA	MES	BIMESTRE	ESPORÁDICO	CONTRATURNO	AULA DE CIÊNCIAS	ATIVIDADE EXTRA CLASSE	DATAS COMEMORATIVAS	NENHUM
1	Arthur de M. Ramos	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-
2	Carmem Costa Adriano	-	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-
3	Cidália Rebelo Gomes	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X	-
4	Didio A. C. Viana	-	-	-	-	X	-	-	X	-	-	-
5	Estados Unidos da America	-	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-

6	Faria Sobrinho	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-
7	Helena Viana Sundin	-	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-
8	Instituto Dr. Caetano Munhoz Rocha	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-
9	José Bonifácio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10	M ^ª de Lourdes Morozowski	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11	Regina Maria Barroso de Melo	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
12	Roque Vernalha	-	-	-	-	-	X	-	X	-	-	-
13	Vidal Vanhoni	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-
14	Zilah dos Santos Batista	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-

O conceito biologizante na E.A. ainda é muito forte e quando se menciona dessa forma, há de se ter em mente a maneira como muitos educadores ainda tem a visão limitada sobre o meio ambiente fazendo a dicotomia entre homem e natureza, tornando-a intocável, ficando evidente no meio escolar a forte tendência a tratar dos assuntos relativos ao meio ambiente apenas nas aulas de ciências. A ideia que permeia o educadores ainda é aquela lúdica, simplista de que a natureza é intocada e a educação ambiental é apenas uma forma de entreter os alunos com atividades extraclasse, engessando as expectativas de um rompimento com a idéia do adestramento ambiental que sucumbe as aulas de ciências como única fonte de conhecimento a respeito da natureza. Na tabela 2 há uma comparação entre a formação dos responsáveis pela E.A. e ficou evidente que a maioria a frente das ações e projetos tem sua formação em ciências, relegando a essa disciplina, toda uma responsabilidade pela informação e ação no que diz respeito ao ensino ambiental. A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, é bem clara e definida quando expõe a E.A. como tema transversal que deve perpassar todas as demais disciplinas, mas como inculcar na mente de educadores e educadoras a ideia de que a E.A. não é e nem pode ser uma disciplina eletiva obrigatória nas grades curriculares e sim uma parametrização para o desenvolvimento de ações e projetos que incluam não somente as aulas de ciências mas também física, matemática, geografia, química e porque não português. A E.A. tem um forte apelo para um conjunto de situações que a torna tão peculiar na sua transversalidade a exemplo de uma aula de matemática ou de língua portuguesa onde surge a pergunta: como tratar de questões ambientais nessas disciplinas? Há sim uma possibilidade e não é nada escuso mas simples e direto mexendo com o fator transversalidade pois nesse viés uma disciplina contempla as demais naquilo onde há insuficiência de argumentação para se incentivar a criação de projetos. Será que uma aula de matemática pode conter elementos de E.A.? Ou

uma aula de gramática poderá vir a ser um instrumento para se ensinar sobre o meio ambiente? A princípio parece não haver qualquer ligação mas o fato é que essas disciplinas podem e devem contribuir para a E.A. das aulas de ciências tanto quanto de geografia, química, física, enfim explorando e transbordando toda a transversalidade que a E.A. necessita para se desenvolver.

5.7 TEMÁTICAS DESENVOLVIDAS NAS AÇÕES E PROJETOS DE E.A.

Nº	ESCOLAS/COLEGIOS	TEMÁTICAS						
		PRESERVAÇÃO	RECURSOS NATURAIS	SUSTENTABILIDADE	RECICLAGEM	POLUIÇÃO	SAÚDE E MEIO AMBIENTE	NENHUM
1	Arthur de M. Ramos	-	-	-	X	X	-	-
2	Carmem Costa Adriano	X	X	-	X	X	-	-
3	Cidália Rebelo Gomes	-	X	X	X	X	-	-
4	Didio Augusto de Camargo Viana	-	-	X	X	X	-	-
5	Estados Unidos da America	X	-	-	-	X	-	-
6	Faria Sobrinho	-	-	-	-	-	-	-
7	Helena Viana Sundin	X	X	-	-	-	-	-
8	Instituto Dr. Caetano Munhoz Rocha	X	X	-	-	-	-	-
9	José Bonifácio	-	-	-	-	-	X	
10	Mª de Lourdes Morozowski	X	-	-	-	-	-	-
11	Regina Maria Barroso de Melo	-	X	-	-	-	-	-
12	Roque Vernalha	X	X	-	X	-	-	-
13	Vidal Vanhoni	X	-	-	-	X	-	-
14	Zilah dos Santos Batista	-	X	X	X	X	-	-

Quanto as temáticas abordadas nos projetos e ações das escolas visitadas destacamos a preservação do meio ambiente, a utilização racional dos recursos naturais e a poluição em geral. Olhando do ponto de vista crítico, esses temas se tornam lúdicos pois que ação ou projeto poderia uma escola essencialmente urbana executar visando a preservação do meio ambiente que não seja, catar latinhas para reciclagem ou plantar uma muda de árvore no pátio da escola

quando muito a utilização racional dos recursos naturais, mas de que forma isso poderia ocorrer? A ludicidade ainda é muito presente nas ações e projetos os quais se tornam simplistas demais a menos que algum educador mais visionário enxergue algo além da preservação ou da utilização racional dos recursos naturais, como por exemplo: levar os alunos ao estímulo do senso crítico a tal ponto de os mesmos desenvolverem ações e projetos que busquem alternativas para a utilização desenfreada dos recursos naturais, ao mesmo tempo ajudando na preservação e minimizando os efeitos da poluição, como na busca de fontes de energia renováveis.

5.8 CRITÉRIO PARA ESCOLHA DAS TEMÁTICAS NAS AÇÕES E PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Nº	ESCOLAS/COLEGIOS	CRITERIOS						
		CONFORME INTERESSE DOS ALUNOS	SITUAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DOS ALUNOS	DE ACORDO COM DIRETRIZES DA ESCOLA	OBSERVANDO DATAS E EVENTOS RELACIONADOS	TEMAS PRÉ-DEFINIDOS EM FÓRUMS E OFICINAS	SITUAÇÃO GLOBAL OU CONFORME NOTICIÁRIO	NENHUM CRITERIO
1	Arthur de M. Ramos	-	-	-	X	X	-	-
2	Carmem Costa Adriano	X	X	-	X	X	-	-
3	Cidália Rebelo Gomes	-	X	X	X	X	-	-
4	Didio Augusto de Camargo Viana	-	-	X	X	X	-	-
5	Estados Unidos da America	X	-	-	-	X	-	-
6	Faria Sobrinho	-	-	-	-	-	-	-
7	Helena Viana Sundin	X	X	-	-	-	-	-
8	Instituto Dr. Caetano Munhoz Rocha	X	X	-	-	-	-	-

9	José Bonifácio	-	-	-	-	-	X	
10	M ^a de Lourdes Morozowski	X	-	-	-	-	-	-
11	Regina Maria Barroso de Melo	-	X	-	-	-	-	-
12	Roque Vernalha	X	X	-	X	-	-	-
13	Vidal Vanhoni	X	-	-	-	X	-	-
14	Zilah dos Santos Batista	-	X	X	X	X	-	-

Era de se esperar que um dos critérios com maior número de respostas fosse o interesse dos alunos por determinado tema ou situação digamos, alguma questão envolvendo uma demanda atual a exemplo do desmatamento constante. À época da aplicação dos questionários (2º semestre de 2014), ainda não havia situações tão preponderantes como hoje a exemplo do maior desastre ambiental da história recente do Brasil o qual gerou um passivo de rejeitos de lama contaminada por mineradoras que a despeito de denúncias anteriores não tomaram providências quanto a tragédia anunciada. Outro critério seria a situação socioambiental dos alunos a qual podem interferir e influenciar opiniões sobre as situações em que se encontram inseridos no contexto, a exemplo de um aluno que supostamente poderia estar residindo na Vila Santa Maria, entorno do lixão municipal de Paranaguá. Com a eminência da desativação do lixão e a construção de um aterro sanitário controlado a situação socioambiental dos moradores do entorno do lixão ficam grandemente prejudicados pois muitas famílias vivem diretamente da coleta de resíduos que possam ser recicláveis os quais são despejados ali pelos veículos da coleta pública e com certeza essas mesmas serão proibidas de adentrar no novo aterro controlado em virtude de ser gerido por uma empresa particular, estando essas famílias a mercê de alguma solução do poder público para que elas possam continuar com suas atividades. Menos importantes na ordem de respostas seriam os temas previamente escolhidos em sala de aula ou ainda em fóruns, oficinas, seminários e debates, como também as datas alusivas ao dia mundial da água comemorado no mês de março, a semana do meio ambiente em junho, o dia da árvore em setembro, enfim um emergente calendário ambiental, fechando com as diretrizes da escola/colégio, do NRE ou mesmo da Secretaria de Educação. Finaliza com as temáticas proveniente dos noticiários recheados de problemas ambientais, muito mais do que soluções.

5.9 DIFICULDADES E CARÊNCIAS PARA DESENVOLVER AÇÕES E PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Nº	ESCOLAS/COLEGIOS	CARÊNCIAS E DIFICULDADES							
		COMPROMETIMENTO DOS ALUNOS	RECURSOS FINANCEIROS	FALTA DE TEMPO	INFRAESTRUTURA	FALTA DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	PROBLEMAS SOCIO-ECONOMICOS DOS ALUNOS	APOIO DOS PAIS	NENHUM
1	Arthur de M. Ramos	X	-	-	-	-	-	-	-
2	Carmem Costa Adriano	-	X	-	-	-	-	-	-
3	Cidália Rebelo Gomes	-	-	X	-	-	-	-	-
4	Didio Augusto de Camargo Viana	-	-	-	X	-	-	-	-
5	Estados Unidos da America	X	-	-	-	-	-	-	-
6	Faria Sobrinho	X	X	X	X	-	X	-	-
7	Helena Viana Sundin	-	-	-	-	-	X	-	-
8	Instituto Dr. Caetano Munhoz Rocha	-	-	X	-	-	-	-	-
9	José Bonifácio	X	X	-	-	-	X	-	-
10	Mª de Lourdes Morozowski	-	X	-	-	-	-	-	-
11	Regina Maria Barroso de Melo	-	-	-	-	-	-	X	-
12	Roque Vernalha	-	X	-	-	-	-	-	-
13	Vidal Vanhoni	X	-	-	-	-	-	-	-
14	Zilah dos Santos Batista	X	-	-	-	-	-	-	-

Dentro das carências e dificuldades encontradas pelos responsáveis para implantação de ações e projetos de E.A. nas escolas/colégios, destaca-se a falta de comprometimento dos alunos seguido pela falta de recursos financeiros. Analisando a questão do envolvimento dos alunos com a E.A., bate-se na tecla do adestramento ambiental, em virtude da ludicidade de muito projetos e soma-se a isso o despreparo dos docentes, a própria efetividade das ações pelo fato de muitos dos responsáveis pela E.A. serem professores no regime de PSS (Processo Seletivo Simplificado) ou seja, a não renovação do contrato de trabalho, torna muitos projetos abortivos e isso pode ser um fator preponderante para o descaminho da E.A. e a conseqüente falta de interesse e engajamento dos alunos pois os mesmos devem sentir e perceber que seus tutores estão mais entusiasmados do que eles no processo todo e quando um docente não demonstra interesse algum em projetos e ações isso torna a E.A. obsoleta e antiquada para meninos e meninas ávidos por conhecimento. Outro fator que chama a atenção é a falta de recursos financeiros citado na pesquisa e que notoriamente pode sugerir falta de dinheiro, mas entenda-se como recursos financeiros não somente dinheiro mas a exemplo do Colégio Zilah Batista que desenvolve um projeto de visitaçao ao Parque Rio das Onças o projeto “Escola/Parque” e que segundo a responsável pelo desenvolvimento do projeto os alunos dependem do transporte fornecido pelo estado (ônibus escolar) e que muitas vezes não está disponível por isso os alunos carentes não tem como se deslocar até o parque com recursos próprios. Ainda dentro da questão do engajamento podemos claramente aquilo que Genebaldo freire Dias (2004) cita como professores estimulados a desenvolverem atividades reducionistas com seus alunos ou seja, não há um estímulo a busca de desafios a exemplo de tentar incutir na mente dos alunos o pensamento visionário de uma educação ambiental que vai muito além além de catar latinhas para reciclagem.

De acordo com os resultados da pesquisa, podemos citar os principais elementos que caracterizam a situação das escolas públicas estaduais de Paranaguá. São elas:

- A maioria dos docentes que desenvolvem projetos ambientais são os chamados PSS, ou seja, professores contratados por tempo determinado e sabedores da provável descontinuidade das ações quando da sua saída pelo término do contrato.
- Os projetos citados, grande parte são lúdicos e simplistas, como fazer uma horta nos fundos da escola, aproveitando algum espaço ocioso.
- Falta de apoio das instâncias superiores para a efetivação da E.A. e sua interdisciplinaridade. Alguns professores citaram que poderiam ser remunerados com hora-atividade para desenvolver as ações e projetos.
- Falta de conhecimento a respeito da transversalidade da E.A., a exemplo de que as entrevistas, na grande maioria foram feitas com docentes da

disciplina de Ciências Biológicas, como se um professor(a) de física ou química, não tivesse relação alguma com a E.A. e sua disciplina.

- Escolas sem estruturas para desenvolvimento de ações de E.A. e sem professores treinados o que sobrecarrega os docentes de ciências biológicas pelo fato de o restante dos docentes supor que a E.A. pertença a essa ciência.
- Falta de incentivo ao alunos, fomentando o desenvolvimento de projetos inovadores e que tragam soluções não somente tecnológicas mas socioambientais para a população do município e abrangências
- Não é dada a devida importância a E.A. e sua interdisciplinaridade, ficando a mesma, subjugada as aulas de ciências biológicas e aos seus reducionismos.
- Não há nenhum projeto relevante sendo desenvolvido conforme foi constatado nesse diagnóstico.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda pesquisa requer um tempo de paciência, disposição e perseverança, para se chegar a resultados concretos sem o perigo de concluir a mesma de forma evasiva e longe do objetivo inicial para a qual havia sido traçada uma meta. Mas porquê é necessário esses três elementos, quando na verdade podemos destacar outros mais relevantes? Atentando para essas características, vemos que o pesquisador precisa de paciência para preparar a terra adubando quanto necessita, lançar a semente no tempo certo, regar e limpar os canteiros, acompanhar o crescimento e por fim , colher os resultados e a exemplo disso é a pesquisa de campo com a disposição de entrevistar e ou aplicar um questionário com perguntas sobre determinado tema, isso envolve paciência para um primeiro contato com os entrevistados, disposição para insistir sem ser chato e aborrecido e por fim perseverança para quantas vezes forem necessárias e mesmo ouvindo constantes “não posso agora”, “não tenho tempo” ou “ venha mais tarde”, mesmo assim o pesquisador deve permanecer firme no seu propósito.

Considerando os resultados obtidos com a pesquisa realizada nas escolas estaduais do município de Paranaguá, mais precisamente junto aos responsáveis pelas ações e projetos de educação ambiental no ensino fundamental 2 e tendo em vista que os temas requeridos ou inquiridos dos entrevistados podem ter destoado da realidade concreta das escolas e colégios e por vezes até forçado a situações onde geralmente as idéias ou ideais se tornam em utopias, destacamos alguns pontos da pesquisa sejam positivos e negativos, primeiro para prosseguimento e incremento das ações e projetos e segundo para correção e consequente retorno ao objetivo designado pela transversalidade imputada a educação ambiental, dentre eles, um investimento maior e mais eficaz em capacitação para especificamente lidar com as questões ambientais, um desdobramento das ações e projetos, no sentido de abrir um leque de opções tanto didática quanto de elemento humano no sentido de que a educação ambiental saia da tutela das aulas de ciências e avance para outras disciplinas ou com já foi dito no início deste trabalho que um professor de matemática pode e deve aplicar seu conhecimento para a efetivação das ações de educação ambiental também nas aulas de matemática. Além de tudo é necessário investimento em recursos humanos e não somente em monetários, pois seria relativamente fácil conseguir verbas e apoio financeiro mas ver o engajamento de docentes e alunos, isso requer tempo, disposição, paciência e perseverança. A estrutura também facilita as ações além de física, também estrutura imaterial como o desejo de ver toda a instituição de ensino inserida no contexto da aplicabilidade da educação ambiental onde pontos negativos podem ser reorientados e discutidos como o elemento humano não ser apenas temporário como no caso dos PSS ou docentes contratados por um determinado período e que muitas das vezes veem seus projetos abortados pelo término do contrato de

trabalho temporário. Mas o que seria de tão negativo que não possa ser melhorado, mudado, extraído ou estancado? Poderá ser o caso de sugerir temáticas mais agressivas e menos lúdicas ou um meio termo (temáticas ousadas) entre a crítica e a tradicional, trazendo o enfoque da educação ambiental como que rompendo paradigmas da falta de liberdade para ultrapassar as ,fronteiras do ensino nas quatro paredes de uma sala de aula?

Com esse diagnóstico disposto em várias tabelas e tipificado em conceitos como no caso das temáticas abordadas nos projetos, onde se usou um termo em específico como no caso de alguns questionários onde a concepção de E.A. enquadra-se nos conceitos “biologizantes” onde se vê apenas a natureza como natural e não a natureza com um conjunto de elementos dentre os quais o homem faz parte atuante, ou então os “ paradigmas ecológicos” onde temas simples são rebuscados para tomar a forma de preservação, conservação, economia verde, sustentabilidade quando na verdade são apenas elementos de uma nova velha era ecológica onde a maquiagem dos grandes sistemas capitalistas quer sucumbir à simplicidade dos elementos naturais. Sendo positivos ou negativos, o importante foi reconhecer nesse trabalho o incansável desejo dos educadores em ver seus educandos tornando e tomando a educação ambiental como algo precioso, de muita valia, algo que permanecerá por gerações e não somente para garantir um futuro com a mesma qualidade de vida, mas garantir um presente com compromisso e responsabilidade ambiental. Há muito que se fazer nas escolas, mas através desse diagnóstico podemos ver o esforço de educadores para que a semente lançada em cada mente e coração dos educandos, possa germinar crescer e dar frutos, mesmo com a pouca estrutura, mesmo sem a didática ideal, ou mesmo sem a visão ousada e futurista de projetos e ações revolucionários mesmo assim, vemos um grande começo para a educação ambiental no ensino fundamental 2, o desejo de educar para o meio ambiente.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Implantação da Educação Ambiental no Brasil. Publicação de responsabilidade da Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação e do Desporto Brasília - DF, 1998. (166 páginas).

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Trad. de Luís A. Reto; Augusto Pinheiro. Lisboa; São Paulo: Edições 70; Martins Fontes, 1977.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **As diferentes Matizes da Educação Ambiental no Brasil: 1997 – 2007.** Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **LEI Nº 11.274, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2006.** Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

BRASIL. **Política Nacional de Meio Ambiente.** Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental.** Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.

BRUGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?.** 3. ed. rev. e ampl. Florianópolis, SC; Letras Contemporâneas: Argos, 2004. (Modelo de citação retirado do SISBLI UFPR)

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável.** 7. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

CARTA DE BELGRADO - "**Colóquio sobre Educação Ambiental**", organizado pela UNESCO e pelo PNUMA, em Belgrado, de 13 a 22 de Outubro de 1975,

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo: Cortez, 2004.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - Agenda 21. São Paulo: Senado Federal, Brasília, 1997.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** 9. Ed. São Paulo: Gaia, 2004. 551p. (Modelo de citação retirado do SISBLI UFPR)

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis: Da crítica dos modelos aos novos paradigmas.** Cadernos FUNDAP, v. 6, p. 22-30, 1992.

FARIAS, Talden Queiroz. **O conceito jurídico de meio ambiente.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, v.35, 01/12/2006. Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br>. Acesso em 03/02/2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 50. ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 253 p.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** 8.ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2011.

LIMA, Gustavo F. da Costa. **Educação Ambiental: do Socioambientalismo às Sociedades Sustentáveis.** Revista Educação e Pesquisa (USP), São Paulo, v.35, n.1, p.145-163, jan/abr. 2009.

MEC/MMA - **Diretrizes para a Educação Ambiental.** Brasília, Coordenadoria de Comunicação Social e Educação Ambiental. Brasília, 1983.

MEDINA, N. M. **Antecedentes Históricos: Conferências Internacionais.** In: **Educação Ambiental: curso básico a distância: documentos e legislação da educação ambiental,** Brasília, MMA, 2001. p.19 -85.

MELO, L. C. A. **Educação Ambiental contribuindo para a formação do pensamento reflexivo na educação infantil.** 2009. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-ambiental-contribuindo-para-a-formacao-do-pensamento-reflexivo-na-educacao-infantil/29749/>> Acesso em: 15 Abril 2015.

PARANÁ. **Política Estadual de Educação Ambiental.** Sistema de Educação Ambiental. Lei Estadual nº 17.505, de 11/01/2013.

PARDO DIAZ, Alberto. **Educação ambiental como projeto.** 2. ed. Porto Alegre,RS: Artmed, 2002.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecilia Focesi. **Educação Ambiental e Sustentabilidade.** Barueri, SP: Manole, 2005.

Portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/historia.pdf

ProNEA – **Programa Nacional de Educação Ambiental (MMA/MEC)**

SORRIENTO, MARCOS ET AL. **Educação ambiental como política pública.** Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.

TRIGUEIRO, ANDRÉ. **Mundo Sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação.** São Paulo: Globo, 2005.

UNESCO. A Educação Ambiental: As grandes Orientações da Conferência de Tbilisi. Paris. 1980.

Zacarias, Rachel. Pinto, Vicente Paulo. **Educação ambiental em perspectiva.** Juiz de Fora, MG : Edições Feme, 2002.

www12.senado.gov.br/jornal/revista-em-discusao-conferencia-das-nacoes-unidas-para-o-meio-ambiente-humano-estocolmo/(Acessado em 02/04/2014)

<http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/Tbilisicompleto.pdf>
(Acessado em 20/08/2014)

<http://www.portaleducacao.com.br/biologia/artigos/14266/conceituacao-historica-da-educacao-ambiental-no-brasil-e-no-mundo> (14/11/2015)

Política nacional do meio ambiente e educação ambiental: breve análise
<http://www.ambito-juridico.com.br/> (Acessado em 09/05/2016)

www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc (Acessado em 20/08/2014)

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,leia-integra-do-discurso-de-filiacao-de-marina-silva-no-partido-verde,553258> (Acessado em 02/02/2015)

<http://www4.pr.gov.br/escolas/listaescolas.jsp> (Acessado em 05/04/2015)

<http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas/f/fcls/escola/visao>
(Acessado em 05/04/2015)

<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educomunicacao/salas-verdes/>
(Acessado em 09/05/2016)

8. ANEXOS

8.1 LISTA DAS ESCOLAS/COLÉGIOS ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

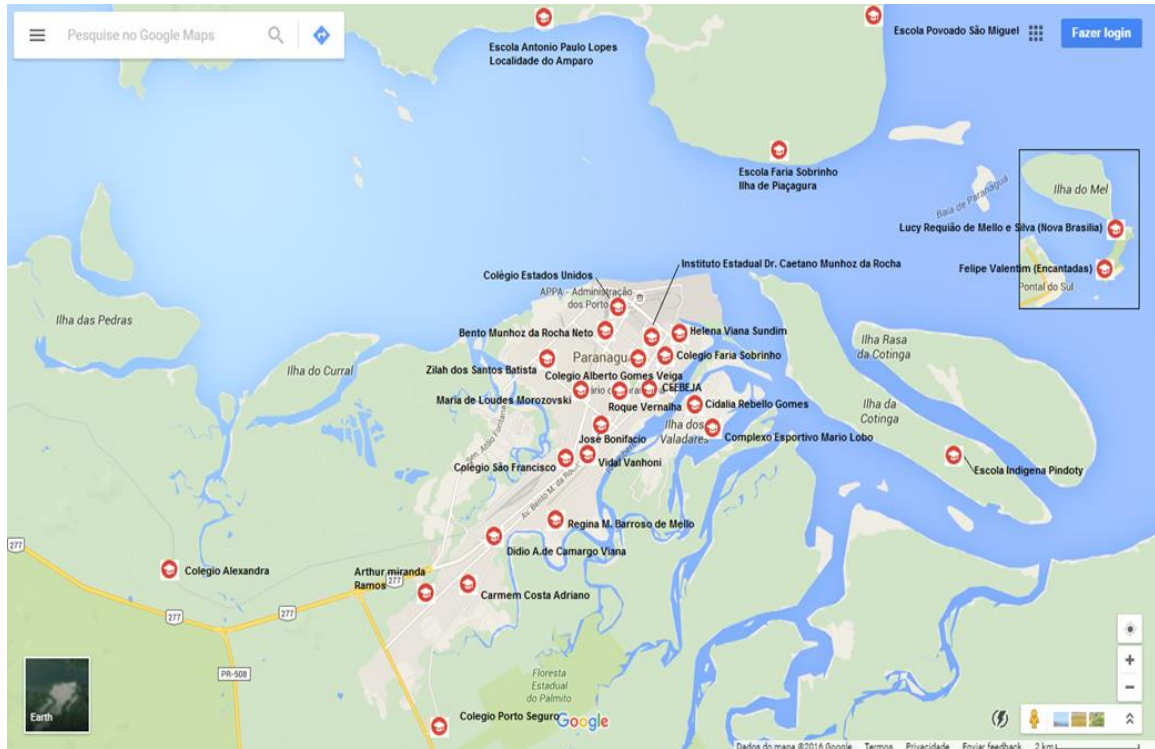
Referência: 2014
Rede de Ensino: Estadual

Núcleo: PARANAGUA
Município: PARANAGUA

Mapa	Fotos	Nome da Escola	Endereço	Número	Bairro	DDD	Fone
		ALBERTO GOMES VEIGA, C E-EM PROFIS	RUA JULIA DA COSTA	780	CAMPO GRANDE	41	34233819
		ALEXANDRA, C E DE-EM	RUA JOSE DAS DORES CAMARGO SN	0	DIST ALEXANDRA	41	34681436
		ANTONIO PAULO LOPES, E E-EF	LOC AMPARO	0		41	
		ARTHUR H RAMOS, C E DR-EF M	RUA DOS FLAMBOYANTES	101	JD SAMAMBAIA	41	34236362
		BENTO M DA ROCHA NETO, C E-EF M	RUA FRANCISCO MACHADO	2545	VL RUTE	41	34225289
		CARMEN COSTA ADRIANO, C E PROF-EF M	RUA MOHAMAD HAMUD HAMUD SN	0	VL COMERCIARIOS	41	34236420
		CEERJA PARANAGUA-EF M	RUA FARJA SOBRINHO	346	CENTRO	41	34234289
		CIDALIA REBELLO GOMES, C E-EF M	ILHA DOS VALADARES	0	VL BELA	41	34227574
		DIDIO A DE C VIANA, C E-EF M	AV BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO SN	0	PQ SAO JOAO	41	34236911
		ESTADOS U DA AMERICA, C E-EF M	AV GABRIEL DE LARA	1377	INDUSTRIAL	41	34232313
		FARJA SOBRINHO - ILHA DE PIACAGUÁ E-EF	RUA BARONESA DO SERRO AZUL	1027	JOAO GUALBERTO	41	34202878
		FARJA SOBRINHO, E E-EF	RUA PRINCESA ISABEL	159	CENTRO	41	34255892
		FELIPE VALENTIM, C E-EF M	ILHA DO MEL	0	ENCANTADAS	41	
		HELENA VIANA SUNDIN, C E-EF M	AV CORONEL JOSE LOBO	466	COSTEIRA	41	34232029
		INST E ED DR CAETANO M ROCHA-EF M N	RUA JOAO EUGENIO	894	COSTEIRA	41	34231916
		JOSE BONIFACIO, C E-EF M PROFIS	AL CORONEL ELYSIO PEREIRA SN	0	ESTRADINHA	41	34234131
		LUCY R M E SILVA, C E-EF M	ILHA DO MEL	0	NOVA BRASILIA	41	34268240
		MARJA DE L R MORZOWSKI, C E PROF-EF M	AV GOVERNADOR MANOEL RIBAS SN	0	JD ARACA	41	34256618
		PINDOTY, E E E-EF	ILHA DA COTINGA	0	ILHA DA COTINGA	41	34202851
		PORTO SEGURO, C E-EF M	RUA REINIR MARIANO DE MIRANDA SN	0	PORTO SEGURO	41	34236421
		POVOADO SAO MIGUEL, C E-EF M	LOC POVOADO SAO MIGUEL	0		41	
		REGINA M B DE MELLO, C E PROFA-EF M	RUA SAPUCAI SN	0	JD SANTOS DUMONT	41	34237684
		ROQUE VERNALHA, E E DR-EF	RUA FLORENCIO VIANA	103	RAJA	41	34232455
		SAO FRANCISCO, C E-EF M	RUA TUFFI MARON SN	0	EMBOGUACU	41	34228103
		VIDAL VANHONI, C E PROF-EF M	RUA MANECO VIANA SN	0	JD EL DORADO	41	34232726
		ZILAH DOS S BATISTA, C E PROFA-EF M	RUA FREI JOSE THOMAZ	12	PORTO DOS PADRES	41	34233015

Fonte: NRE Paranaguá (www.nre.pr.gov.br/escolas-estaduais/paranagua-lista)

8.2 MAPEAMENTO DAS ESCOLAS/COLEGIOS NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ



Fonte: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas/f/fcls/escola/visao>

8.3 AUTORIZAÇÃO DO NRE (Núcleo Regional de Educação) PARA ADENTRAR AS ESCOLAS E ENTREVISTAR OS RESPONSÁVEIS PELA E.A.

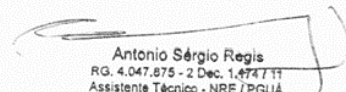


SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ
NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PARANAGUÁ

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que **Emerson Cesar Collini**, RG 5.011.564-0, Acadêmico do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Universidade Federal do Paraná está autorizado pelo NRE de Paranaguá a realizar um levantamento das ações de Educação Ambiental nas Instituições de Ensino de Educação Básica do município de Paranaguá.

Paranaguá, 05 de setembro de 2014.


Antonio Sérgio Regis
RG. 4.047.875 - 2 Dec. 1.474.711
Assistente Técnico - NRE / PGUÁ
DOE. 27/04/2011

8.4 QUESTIONÁRIO COM CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS/COLÉGIOS, DOS RESPONSÁVEIS PELA E.A. E COM PERGUNTAS ABERTAS PARA ENTREVISTAS

CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estamos realizando um levantamento das ações de Educação Ambiental nas escolas estaduais do município de Paranaguá e para isto, solicitamos a sua colaboração durante alguns minutos para responder a esse questionário. Gostaríamos de deixar claro que este levantamento está sendo realizado para fins acadêmicos/científicos. Esclarecemos que sua participação é voluntária e que pode desistir a qualquer momento caso não esteja de acordo em participar ou se sinta desconfortável. Asseguramos que todas as informações prestadas por você são sigilosas e a divulgação das informações serão anônimas e em conjunto com as respostas de um grupo de pessoas.

Eu, _____ aceito participar voluntariamente da pesquisa "Caracterização das ações de Educação Ambiental nas escolas estaduais do município de Paranaguá". Data: ___/___/201___.

Assinatura do participante

Dados de Caracterização:

Nome da Escola: _____

Função que o entrevistado(a) exerce na escola: _____

Idade: _____ Sexo: () Masculino () Feminino Estado Civil: _____

Formação: _____ Tempo de Formação: _____

Especialização: _____

Total de alunos na escola: _____ Nº Alunos envolvidos na E.A.: _____

Faixa etária dos alunos da escola: _____

Faixa etária dos alunos envolvidos com a Educação Ambiental: _____

Há quanto tempo são realizadas ações de educação ambiental: _____

São desenvolvidas oficinas ou projetos de educação ambiental? () Sim () Não

Se sim quais projetos ou oficinas: _____

Essas ações são organizadas por série/ano: () Sim () Não

Quais as séries e o número de alunos por série: _____

Caso não sejam organizadas por série/ano, como são organizadas? _____

1. O que você entende por Educação Ambiental?

2. Qual a importância de se trabalhar a Educação Ambiental no ensino fundamental 2 ?

3. Quais as ações de Educação Ambiental são desenvolvidas?

4. Com que frequência essas ações são desenvolvidas?

5. Em que situações ou momentos são desenvolvidas essas ações?

6. Quem é responsável por desenvolver essas ações?

7. Quais as temáticas desenvolvidas nos trabalhos de Educação Ambiental?

8. Quais os critérios utilizados para a escolha das temáticas?

9. Quais as dificuldades para desenvolver ações e projetos de Educação Ambiental?

AGRADECEMOS A SUA COLABORAÇÃO!

9. MINHAS MEMÓRIAS NA UFPR (SETOR LITORAL)

A todos aqueles que contribuíram no processo acadêmico e de alguma forma me acrescentaram informação, conteúdo, amizade, compreensão, companheirismo e incentivo, relato aqui todos os momentos passados setor, em cada situação e acontecimento. Poderia ter feito mais, participado mais, dedicado mais tempo aos estudos, mas dentro das minhas limitações procurei dar o meu melhor e fica aqui também o meu agradecimento aos mediadores que me acompanharam no P.A., aos mediadores das ICH's, aos professores que ministraram os módulos, aos coordenadores da G.A. ao longo desses cinco anos, as recepcionistas que sempre me atenderam com muita solicitude, à Franciane que sempre retornava meus e-mails com as eternas dúvidas burocráticas, ao pessoal do Gepa que sempre estavam prontos a buscar alguma informação que ficou pelo caminho, enfim a todos que caminharam comigo nesses anos de formação e por fim a Marília que esteve sempre pronta a me ajudar nessa finalização de curso e a examinadores da banca Prof^o. Afonso e a aluna mestranda Fernanda

SUMÁRIO

1. Um começo	69
2. Intercursos	70
3. Os módulos	71
4. Memória das ICH's (Interações Culturais e Humanísticas)	73
5. Memória do P.A. (Projeto de Aprendizagem)	75
6. Memória das Vivências Profissionais	78
7. Educação Ambiental no Ensino Superior	80
8. Tabelas	83
8.1 Caracterização dos entrevistados (Técnicos, Terceirizados, Docentes, Alunos de G.A. e Alunos de Saude Coletiva).....	83
8.2 Concepção da Educação Ambiental entre os Técnicos, Terceirizados, Docentes, Alunos de G.A. e Alunos de Saude Coletiva	85
8.3 Concepção da Educação em Saúde entre os Técnicos, Terceirizados, Docentes, Alunos de G.A. e Alunos de Saude Coletiva	86
8.4 Relação entre Saúde e Meio Ambiente.....	87
8.5 Importância de se trabalhar E.A. no ensino superior	88
8.6 Relação entre Educação Ambiental e Educação em Saúde.....	89
8.7 Ações que os entrevistados executam relacionadas a Educação Ambiental e Educação em Saúde	90
8.8 Dificuldades que os entrevistados encontram para executar ações relacionadas a Educação Ambiental no Setor	91
8.9 Concepção dos entrevistados sobre o que a UFPR poderia fazer para melhorar as ações em relação à qualidade de Saúde e Meio Ambiente no Setor através da Educação Ambiental	92
9. Resultados e Conclusões	93
10. Considerações Finais	94
11. Referências Bibliográficas.....	95
12. 12. Anexo (Questionário com a caracterização dos entrevistados e perguntas abertas sobre educação ambiental e educação em saúde)	96

1. UM COMEÇO. . .

A vida tem um propósito, precisamos descobrir qual é o nosso! Alguns nascem para atrapalhar os outros, pisar, se aproveitar, manipular e sangrar a vida alheia, mas há pessoas que Deus permite estarem entre nós para nos ajudar a cumprir objetivos e metas. Não acredito em destino (nada contra quem acredita), apenas acredito que o universo é regido por leis, essas afetam a vida na terra e que existe alguém (Deus para aqueles que acreditam num ser superior, comandando e regendo essas leis para que elas não entrem em colapso, do contrário, seria uma catástrofe atrás da outra) superior a nós, olhando e cuidando do nosso caminho aqui neste mundo. Sem religiosidade, quero dizer com essa pequena introdução, que a minha passagem pela UFPR setor litoral, talvez tenha sido insignificante para muitos, mas acredito que consegui contribuir com algo para que essa “Universidade de Vanguarda”, continue sendo um celeiro de pesquisadores pois na feira de profissões do dia 31 de agosto de 2014, participei como voluntário junto com o professor Antonio Serbena e mais alguns alunos e quando as pessoas visitavam o estande da G.A. e me perguntavam porque eu escolhi fazer um curso na UFPR Litoral, eu descrevia pra eles resumidamente todo o PPP do Setor e a possibilidade de aprendizado através da pesquisa. Presenciei o entusiasmo no rosto de jovens secundaristas quando eu dizia que não precisa estudar para prova, pois aqui não fazemos provas e testes de conhecimento, aqui buscamos o conhecimento através da pesquisa e isso faz toda a diferença no aprendizado. Eles não acreditavam quando eu dizia que não havia “decoreba” para prova e sim a pesquisa e o desenvolvimento de um assunto e a consequente explanação do mesmo para os demais colegas em sala de aula. Diante dessa oportunidade de estudar em uma Universidade Federal, um sonho acalentado por muitos como eu, mas que na minha primeira juventude (20), não pude realizar, mas agora na minha segunda juventude (4...), realizo com muito esforço e alegria, sabedor de que esses cinco anos aqui no setor litoral foram intensos apesar de não ter conseguido participar da metade das atividades do setor por motivos principalmente de escala de trabalho e família, pois nesses cinco anos cuidei de duas crianças pequenas e agora me acrescenta ainda cuidar de duas crianças e mais dois idosos com mais de 70 anos que também dependem do filho que mora mais perto deles.

Tudo começou com um grande tédio, que resultou numa experiência maravilhosa de cinco anos de estudo no Setor Litoral. Eu até então era o “pacato cidadão” de casa para o trabalho e do trabalho pra casa e nos finais de semana, ficava deitado no sofá descansando e me recuperando da semana extenuante. De repente, um estalo em minha mente e um anuncio dizendo “history makers”, me chamou a atenção, pois a minha história estava sendo feita no sofá da minha sala e não havia nada de interessante nisso, precisava urgente de novos desafios, foi então que tentei o vestibular na Fafipar e não passei, ainda bem, pois

a minha história seria feita no setor litoral onde num belo domingo de sol, mês das noivas e das mães, fui até Matinhos fazer a prova da primeira fase do vestibular. Minha turminha quis ir junto pois havia a possibilidade de um passeio na orla após a prova, então embarcamos no carro e fomos até praia de leste na Associação Banestado, pois havia me esquecido da antiga Associação Banestado em Caiobá. Para minha surpresa e agonia, cheguei em Praia de Leste exatos 12:50h e me deparei com um local deserto, fui perguntar na guarita e me informaram que a Universidade era na antiga associação em Caiobá. Bateu um desespero pois quem percorre o trecho entre Praia de Leste e Matinhos sabe as trocentas lombadas que tem ali e que eu tive que ignorar pois estava em cima da hora.

Chegamos em Matinhos e procura a rua Jaguariaiva, até que, enfim entramos nela e só deu tempo de estacionar o carro e sair correndo, passando pelos portões as 13:25h, ufa... foi por pouco. Sentado, tranquilo, concentrado, passado o susto, estava indo bem na prova até que de repente observei o vento nas palmeiras do pátio do setor, então já não consegui mais prestar atenção e minha mente começou a pensar na minha turminha (esposa e dois filhos), que estavam lá fora, pois estava se formando um tempo feio como dizem os caiçaras. Sai da sala antes das 16:00h dizendo comigo, pronto ano que vem tento novamente, o qual para minha surpresa apesar de toda essa intempérie passei na primeira fase, fiz a prova da segunda fase também achando que não conseguiria vaga, foi quando então meu irmão me liga e diz: vou ai rapar tua cabeça porque você passou no vestibular. Não acreditei e fui conferir no portal do núcleo de concursos e o meu nome estava entre os 44 da lista, bastava apenas quatorze desistências e eu seria chamado na complementar. Nesse tempo (2009), surgiu a gripe aviária e as aulas praticamente iniciaram em setembro. Penso que a gripe me ajudou pois 14 alunos não foram fazer o registro acadêmico e a ultima vaga daquela turma era minha.

2. INTERCURSOS . . .

Começou as aulas em setembro, com atividades na tenda, então fomos pras salas de aula participar do chamado “Intercursos”, uma mescla de alunos das quatro turmas da manhã (G.A., Fisio, Agro, e Artes), onde o mediador na minha sala era o tal do Prof^o Renato Bobochchcciocicio, até conseguir pronunciar certo esse sobrenome demorou, mas foi fantástico o contato com outros alunos de outras turmas, principalmente porque conheci um pessoal maravilhoso da turma de Artes 2009, dentre eles a Marli e o Jeferson, duas amizades que perduram até hoje. Com o Renato aprendemos a reconhecer o “Litoral do Paraná” e não somente sobre o “Fandango”, mas diversos aspectos desse litoral maravilhoso e ainda desconhecido pra mim, apesar de ter nascido aqui.

O período de intercursos foi bem turbulento pois alguns calouros não entenderam essa interdisciplinaridade do setor, algo que por sinal precisa retornar urgente pois sinto que ficou esquecido à beira do caminho, e por isso foi marcado por reuniões, bate-boca nos corredores, apitação em frente ao prédio administrativo, ameaças de greve, ameaças aos professores, enfim, apesar desse tempo difícil de incompreensão, também foi um tempo muito produtivo pelas várias atividades exercidas no semestre as quais não vou me estender, mas quero destacar o fechamento do semestre com a visita de nossa turma de intercursos ao município de Dr. Ulisses, na região do Vale do Ribeira Paranaense. Foram dois dias maravilhosos e intensos em contato direto com o aquilo que havíamos pesquisado e aprendido no chamado “Reconhecimento do Litoral”, mas que abrangia também os sete municípios do Vale do Ribeira Paranaense, por causa das várias peculiaridades entre eles e os municípios do litoral, onde chamava atenção o baixo IDH. Fomos recepcionados em Dr. Ulisses com um belo churrasco de carneiro preparado pelo prefeito e pelos moradores, por sinal muito hospitaleiros, apesar dos poucos recursos. Conhecemos vários locais importantes dentre eles uma escola que funcionava como um centro de treinamento e cultura em contraturno. Eu e o aluno Jeferson de Artes, tivemos a ideia de improvisar um microfone, levamos a filmadora e fazíamos entrevistas com os moradores e as autoridades do município. Chegou ao ponto de parecer tão real (realmente o microfone foi confeccionado com partes de um microfone sem uso), que ao entrevistarmos o prefeito, o mesmo estufou o peito e falava com tanto entusiasmo que parecia estar num palanque fazendo sua campanha. Isso tudo está registrado em vários vídeos e fotos que guardo com muito carinho, sempre relembrando esse tempo gostoso, quando por várias vezes o ônibus da universidade encalhou naquela estrada lamacenta e então vinha o trator da prefeitura e nos tirava do atoleiro. Uma coisa me chamou atenção enquanto percorríamos as ruas do município e fazíamos entrevistas com os moradores, eles não reclamavam da situação, pelo contrário, havia sempre um sorriso no rosto e dificilmente alguém praguejava falando mal da cidade ou do prefeito.

3. OS MÓDULOS. . .

Findo o período de Intercursos com Reconhecimento do Litoral, se bem que não relatei metade do que se passou nesse semestre tão frenético, mas adiante os estudos prosseguiram agora sim com a turma de G.A. e confesso, as vezes ficava um pouco embaraçado por ser sempre o mais velho da turma e procurava omitir a idade, mas o tempo foi passando e não tive problemas em estar com uma turma tão jovem. Vários módulos se seguiram, e um semestre após outro, fui percebendo que essa era uma universidade diferente, aqui realmente eu poderia aprender sem decoreba, aqui eu tinha que pesquisar, ler e

buscar conhecer o assunto não apenas decorá-lo para prestar um exame no final e após isso esquecer tudo. Uma das aulas que me chamou atenção foi a explanação do professor Luizão sobre a geografia e geologia do litoral do Paraná, pois ai fui entender porque o Porto de Paranaguá tinha que investir tantos milhões com dragagem. Outros professores foram importantes nesse percurso, o Rangel com suas teorias audaciosas, a Liliani sempre metódica, o Serbena sempre compenetrado, a Dione com a sua mente de vanguarda, o Paulinho com seu fundo musical nas aulas, a Juliana sempre com seu guarda costas (Pirata), a Milene falando sobre os contaminantes endócrinos, o Valdir, a Rosilene, o Vassoler, o José Lanes, a Cinthia, a Sandra Simm, a Andrea Spinola e por último conheci o caçula dos professores com quem refiz um módulo que havia perdido, o fante Varella, enfim talvez eu esteja esquecendo alguém mas conforme a minha memória, esses foram personagens importantes para minha formação e muito contribuíram para que eu pudesse adquirir conhecimento. Lembro os vários trabalhos e pesquisas realizadas dentre elas, o levantamento da urbanização no bairro Porto Seguro em Paranaguá onde eu, a Fernanda Sezerino, a Flavia, o Gabriel Castñara e a Meire (Perdoem não lembro direito a grafia dos nomes), passamos uma semana percorrendo as ruas e colhendo informação dos moradores, literalmente batendo de casa em casa.

Enfim, algumas coisas podem até ter faltado, e realmente alguns alunos questionavam porque não temos um módulo sobre EIA/RIMA, mas como dizia o Paulinho nas aulas de Gestão de Bacias Hidrográficas, a G.A. no setor litoral não é um curso voltado pra área técnica e sim pra área socioambiental. Nesses quatro anos, somos preparados para mediar conflitos, muito mais do que estar por detrás de uma mesa escrevendo um Relatório de Impacto, pois somos instigados a ter uma visão de 360º e não apenas olhar o que esta a nossa frente. Os demais saberes que talvez não foram expostos, devem ser buscados e rebuscados pois saímos daqui como pesquisadores aptos a remexer e revirar esse conhecimento onde ninguém conseguiu enxergá-lo. Encerro esse tempo de estudos, olhando pra trás e lembrando das quantas vezes pensei em desistir, e se realmente desistisse, estaria a beira do caminho me lamentando pela oportunidade que tive e desperdicei. Ainda bem que a história foi escrita de outra forma, com muito custo, noites sem dormir, passeios abortados, enfim, a minha trajetória no setor litoral foi assim, vendo amigos se formando e também vendo alguns ficarem pra trás e até desistindo, o que me trazia uma motivação extra pois eu pensava da seguinte maneira, se eu parar agora, não sei quando vou conseguir realizar o sonho de estudar em uma “Universidade Federal”, pois por mais simples que seja o curso, a instituição é desejada e almejada creio que por muitos jovens no Brasil.

Agradeço sinceramente a todos que me ajudaram nesses cinco anos no setor litoral, tanto colegas de turma, professores, técnicos, bibliotecários até o pessoal do administrativo, foi um tempo muito bom, muitas histórias e lições de

vida. Encerro este texto com uma frase bíblica atribuída ao Rei Salomão: “ Tudo quanto te vier a mão para fazer, faze-o de todo o coração...”

4. MEMORIA DAS ICH's (INTERAÇÕES CULTURAIS E HUMANISTICAS)

Após a etapa do vestibular e concluído o processo de matrícula e passado o período de quarentena por causa da gripe aviária que já rondava o litoral do Paraná, as aulas iniciaram no segundo semestre de 2009, diante disso me deparei com uma instituição de ensino superior que fugia dos padrões normais de ensino, a começar pela disposição das carteiras onde no ensino superior tradicional as mesmas são dispostas em fileiras uma atrás da outra e não se pode interagir com os companheiros da frente e de trás, sem um movimento do corpo o qual seria perfeitamente percebido pelo docente. Nessa nova disposição, levei algum tempo para assimilar essa interação onde se poderia olhar nos olhos do meu colega ou da minha colega de classe e ver suas reações e emoções enquanto mergulhados nos estudos, alguns bem concentrados, outros nem tanto, outros sem a mínima interação coma aula mas, como aprendi nesses cinco anos na UFPR Litoral, o aluno constrói o seu processo didático de aprendizado sorvendo os conhecimentos não somente em sala de aula mas em tudo o que o cerca. Enfim a primeira interação foi como professor Judson Lima (Juca) do curso de Artes onde passamos um semestre todo interagindo humanisticamente no ICH chamado “ Musica e Composição”, com os aficionados da música, que tinham alguma noção e até tocavam algum instrumento. Trocamos ideias sobre música, gostos musicais, como compor uma música, compositores famosos e até tentamos produzir algo mas a rotatividade da turma, quebrou o ritmo, mas chegamos ao final, pelo menos eu, com a noção do que seria essa tal de ICH que tanto falavam. Entendi que alunos de vários cursos, se reuniam com um mesmo objetivo de trocar idéias sobre um tema comum e também trocar conhecimentos e se relacionar, quebrando a centralidade dos cursos e turmas e trazendo a interdisciplinaridade.

No primeiro semestre de 2010, ingressei no ICH de Desenho Livre, com as professoras de arte, Joelma e Luciana, que ministravam técnicas de desenho, sendo eu um iniciante, já tinha feito um curso de desenho mas me chamou atenção as dicas que elas nos passavam sobre luz, sombra, dimensões, perspectiva e ponto de fuga. Além da música, gosto de desenho porque meu pai sempre foi desenhista e várias vezes ele tentou me ensinar. Esse ICH, tinha alunos de vários cursos, mas a maioria era do curso de artes, mas isso não desmerecia a interação, pelo contrário, era interessante que muitos achavam que eu era também do curso de artes e quando me perguntavam eu dizia que era da G.A. e com essa resposta eles ficavam abismados de uma aluno da G.A. se interessar pelas artes. Os professores José Lannes e Luis Brambatti tiveram a

excelente ideia de passear pela Itália através da história e da gastronomia no ICH “Cultura Italiana” onde ficávamos um tempo em sala de aula trocando idéias sobre a geografia, cultura, musica e história italiana com o Brambatti e também um tempo na cozinha da UFPR com o Lannes conhecendo a gastronomia italiana através de pratos típicos que nós mesmos preparávamos sobre a orientação do Lannes, cada um trazendo um ingrediente previamente escolhido. Foi um tempo muito gostoso no segundo semestre de 2010 e essa interação realmente foi interdisciplinar pois havia alunos até dos cursos noturnos como G.E. e G.P. os quais participavam e colaboravam com a proposta do ICH.

O primeiro e o segundo semestre de 2011, não houve ICH pra mim pois tive que trancar a matricula por um ano por causa de motivos particulares, mas retornando em 2012, continuei me interessando pelas artes e me inscrevi no ICH de escultura mediado pela professora Lucia Resende. Tivemos a colaboração do aluno e escultor Jessé e também de um intercambista do Canadá que não estou lembrando o seu nome, mas ele visitou o ICH ministrado no Centro Cultural. Esse interação foi interessante pois a idéia era conhecimento e produção e de fato tentávamos produzir esculturas dos mais variados materiais como madeira, barro, gesso, papel mache, até conseguimos (eu infelizmente não pude ir) visitar uma fábrica de fundição em Santa Catarina, interação conseguida através da aluna Cris da turma de artes 2009. Soube que lá visitaram vários locais da fábrica inclusive os fornos onde são produzidas as peças de metal fundido, até esculturas de metal também. A professora Lucia Resende me cativou pelo seu gosto pelas artes e no segundo semestre de 2012 a oferta do Ich de pintura em tela me interessou pois eu tive uma leve noção com meu pai que além de desenhista também pinta quadros e consegui material para participar do ich pois as tintas a óleo são bem caras e por isso emprestei dele . O próximo ich foi em sequência o mesmo tema pois não havia conseguido finalizar os trabalhos por causa da greve, então continuamos no semestre seguinte ainda sob a mediação da professora Lucia Resende. Com a proximidade do final das FTP's, ingressei no ich ofertado pela professora Marilia Murata denominado “redação de artigos científicos”, o qual muito me ajudou na preparação do texto do TCC sobre educação ambiental pois até então havia lido muita coisa, juntado muita informação mas não tinha a mínima noção de como colocar no papel e ai de quebra consegui a mediação da Marilia para a finalização do P.A. pois até então estava sem mediador. Fiz mais um semestre nesse ich pois precisava escrever o TCC e também pela oportunidade de estar todas as quartas-feiras com a mediadora o que me facilitava muito pois praticamente só estava fazendo o ich e o P.A. tendo já encerrado as FTP's então juntamos as quartas e as sextas pois havia muita coisa para por no papel. As interações culturais e humanísticas contribuíram para minha formação no sentido de que comecei a olhar os alunos de outros cursos não como rivais nesse ambiente acadêmico mas como aliados nesse crescimento e busca do conhecimento pois as ich's proporcionam a troca de experiências que muitas vezes não temos nas FTP's onde geralmente as

pessoas se fecham em seus cursos e vivem quatro anos dentro de uma universidade sem olhar para o lado e ver que o seu vizinho que esta na outra sala em outro curso é um ser humano igualmente.

5. MEMORIA DO P.A. (PROJETO DE APRENDIZAGEM)

No segundo semestre de 2009, ao ingressar no curso de Gestão Ambiental, não sabia muito bem o que significava um P.A. ou Projeto de Aprendizagem, duvida que permeava a maioria dos calouros à época. Creio que hoje seria diferente pois teria um embasamento maior com o tema ofertado as sextas-feiras assim denominado: “Introdução ao Projeto de Aprendizagem”. Como estava encerrando o semestre e sentia que precisa estar pelo menos inserido em algum projeto, optei pelo projeto de arborização de Matinhos, mediado pelo Professor Renato Bochicchio do qual alguns alunos faziam parte. Na sequência dos estudos e a partir das conversas com o prof^o Renato, surgiu a hipótese dele ser mediador o qual prontamente aceitou, então ficou a dúvida: o que fazer? O que poderia ser desenvolvido nesses quatro anos? Foi então que o mesmo me fez a seguinte pergunta: Você trabalha com o quê? Isso pode ser usado pra um P.A.? Disse a ele que trabalhava na Secretaria de Agricultura do Estado, estava lotado no Porto de Paranaguá, no setor de classificação de produtos para exportação. Então ele me sugeriu fazer um P.A. no Porto e realmente havia inúmeras possibilidades mas eu lhe disse: Estou a 17 anos trabalhando no mesmo lugar (em 2010), gostaria de fazer algo diferente. Ele me deixou bem livre pra escolher, então comecei a ler sobre resíduos sólidos após assistir em sala de aula ao vídeo “Ilha das Flores” e sentir a realidade do impacto dos lixões nos ecossistemas e na vida das pessoas que estão no entorno desses lugares.

Naquele ano, fiquei lendo, pesquisando, juntando informações enfim, no ano seguinte (2011), tranquei a matricula por motivos profissionais e particulares, retornando em 2012 e recebendo a noticia de que o Prof^o Renato seria Vice-Diretor e não poderia mais estar na mediação de P.A. por questão de tempo e disponibilidade. Continuei as pesquisas sobre resíduos sólidos, sempre descobrindo algo novo, pelo menos alguma informação que eu ainda não tinha, pensando no que poderia ser feito na prática, que tipo de intervenção poderia ser feito dentro da linha de pesquisa que estava focando. Na verdade, ainda não havia uma linha de pesquisa como objetivo, eu simplesmente estava lendo tudo que é livro sobre resíduos, artigos, revistas, recortes de jornal enfim, a idéia era juntar o máximo de informações. Nesse interim fiquei sem a mediação do Renato e sem saber como continuar o P.A., pois estava procurando uma nova mediação que conseguisse captar o foco do meu objetivo com os resíduos sólidos. Paralelamente, nos módulos de G.A. começamos a ter aulas de Políticas Públicas com a recém contratada prof^a. MSC Rosilene Komarcheski, conversamos sobre o

P.A. e ela assumiu a mediação tentando me ajudar a ter um rumo no projeto. Então sugeri a ela que estava pensando em focar o ambiente doméstico como uma linha de partida para qualquer intervenção ou projeto em resíduos sólidos. Do então P.A. “Gerenciamento de Resíduos Sólidos” como generalizado, partimos para algo mais específico que iria focar o ambiente doméstico e passou a se chamar: “Gerenciamento de Resíduos Domiciliares” com ênfase na separação do lixo doméstico, e na educação e preparação ambiental dos membros da família. Esse projeto também se estenderia aos hotéis, pousadas, resorts, albergues, casas de acolhida, creches de idosos e todos os possíveis locais onde haveria uma certa predominância de um ambiente quase familiar e seus resíduos eram similares.

O ano de 2013 iniciou com muita dúvida se continuaria no curso e daria segmento aos estudos na UFPR, devido a questões familiares, trabalho e também estava começando a ficar com algumas pendências por causa das faltas devido as escalas de trabalho. Então veio mais uma noticia desagradável, a Rosilene era contratada tipo (PSS) e o seu contrato se encerraria em outubro de 2013. Começava novamente a busca por uma nova mediação que pudesse dar continuidade ao projeto, ao pensamento, a ideia e a linha de pesquisa. Veio 2014 e como tinha que escolher uma ICH para o semestre, optei pelo de “Redação de Artigos Científicos” com a professora Dr^a Marília P. Ferreira Murata, onde descobri também a possibilidade de uma nova mediação. Em conversa com a mesma, revelei minha intenção de fazer algum tipo de intervenção em escolas, mostrando o resultado das pesquisas sobre resíduos. Mas a questão é que não gostaria de fazer algo lúdico ou simplista demais (catar latinhas para reciclar), então a Marília me sugeriu começar um projeto de Educação Ambiental, gostei da idéia e mesmo sem ter a mínima noção do que iria fazer comecei as pesquisas sobre o tema o que levou quase todo o 1º semestre de 2014, mas a minha insatisfação com algo lúdico ainda era grande então orientado pela minha mediadora, peguei na biblioteca do setor o livro: “Educação Ambiental: A Formação do Sujeito Ecológico”, de Isabel Carvalho, o qual me abriu o entendimento sobre a E.A. crítica. Outro livro foi: “Educação ou Adestramento Ambiental” de Paula Brüger e mostrava exatamente aquilo que eu gostaria de saber sobre a Educação Ambiental e que aquilo que se faz nas escolas ainda é muito lúdico e não causa as mudanças e impactos que poderiam trazer um novo pensar nas questões ambientais. Diante disso surgiu a idéia de fazer um diagnóstico antes de qualquer intervenção nas escolas, servindo como base e parâmetro para a possibilidade de uma intervenção não lúdica. Com a orientação da Marília, confeccionamos o questionário com as perguntas caracterizando a escola, os responsáveis pela educação ambiental e também aproveitando para entrevistá-los com perguntas abertas como: qual a concepção de Educação Ambiental, qual a frequência das ações e projetos, qual as principais dificuldades, etc. Pronta essa etapa, me dirigi ao NRE (Núcleo Regional de Educação) em Paranaguá e em entendimento com o Professor Sergio, substituto da Coordenadora Prof^a Sandra Meira o qual se

encontrava em férias, ele prontamente me atendeu, fornecendo autorização para as entrevistas e também a lista com as escolas estaduais do município de Paranaguá, foco da pesquisa.

A ideia não era ir em todas as escolas (estaduais, municipais e particulares) , mas aquelas com ensino fundamental 2, por causa do tempo e da logística, então optamos pelas estaduais onde conseguimos realizar bem poucas entrevistas pelo fato de a maioria dos professores envolvidos com a Educação Ambiental serem contratados via PSS (Processo Seletivo Simplificado), o que deixava a desejar não pelo desinteresse dos mesmos, mas pela descontinuidade das ações e projetos, sabedores do pouco tempo que havia para realização dos mesmos. Outro fator era que os professores que se dispunham a fazer as entrevistas, queriam fazê-las no tempo designado de hora-atividade, isso me causou bastante desgaste pelo tanto de vezes que tinha que ir na mesma escola (cheguei a ir 5 vezes na mesma escola) para tentar conversar e quando conseguia, era no máximo dez minutos e geralmente o questionário estava preenchido e os responsáveis pela E.A. achavam suficiente ter respondido todas as perguntas. Feito o levantamento e de posse dos dados do diagnóstico, através da análise de conteúdo, conforme orientação da Marília, percebi que não há um compromisso real com o tema, mesmo tendo uma Legislação Federal e outra Estadual e diversos projetos e programas para embasarem o trabalho da Educação Ambiental nas escolas, tudo ainda é muito lúdico e simplista e não há o incentivo de desafiar os alunos a desenvolverem projetos que realmente possam revolucionar as ações de E.A. desenvolvidas a nível municipal, estadual ou até mesmo federal, trazendo soluções para muitas das questões problemáticas que envolvem o meio ambiente. Enfim o P.A. inicialmente de resíduos domésticos transformou-se em um diagnóstico do ensino público ambiental, levantando sérias reflexões sobre o que se ensina de fato sobre o meio ambiente, percebendo o engatinhar de processos de ensino que pela urgência do tema já deveriam estar bem arraigados na mente dos alunos.

O P.A. finalizou nesses termos e a continuidade do processo se daria através das Vivencias Profissionais onde faria um PVA (Programa de Voluntariado Acadêmico) retornando às mesmas escolas onde foi feito o diagnóstico e novamente com a devida autorização do NRE-Paranaguá, haveria a possibilidade de desenvolver minicursos de capacitação para professores de todas as disciplinas mostrando que a E.A. vai muito além de catar latinhas para reciclagem, ou plantar mudas no pátio da escola; inovando em soluções para conflitos socioambientais e tentando inculcar na mente dos alunos que existe apenas um planeta habitável e enquanto não se descobre um outro que possa abrigar a população terrestre com os mesmos recursos que temos hoje aqui, precisamos cuidar e promover o bem estar da natureza e não apenas do ser humano.

6. MEMORIA DAS VIVÊNCIAS PROFISSIONAIS

Infelizmente a missão de continuar o P.A. como Vivências Profissionais nas escolas estaduais através de mini cursos ministrado aos professores teve que ser abortada pois ao me dirigir ate a PROGRAD de posse dos formulários preenchidos do PVA, quando os apresentei à tecnica Fabiana Massako Nakatani (Chefe da Unidade de Atividades Formativas) qual minha surpresa quando ela se pronunciou dizendo que o PVA teria que ser necessariamente (90%) dentro da Universidade. Retornei ao setor conversei com a Marilia e ficamos algum tempo digerindo essa informação sem saber o que fazer quando de repente surge a ideia da E.A.(Educação Ambiental) dentro do Setor litoral o qual eu não havia pensado que pudesse ser realizada entre alunos chamados de “Universitários” pois quando se fala do referido tema geralmente se relega às criancinhas do ensino fundamental.

Antes disso, no início do ano de 2015 mas precisamente em janeiro entrei em contato com o Aquário Municipal de Paranaguá, através da bióloga Carolina Meira, responsável também pela Educação Ambiental, o qual me informou da possibilidade de uma estágio e que poderia fazer um teste seletivo mas em virtude da minha escala de trabalho não consegui conciliar dois horários ao mesmo tempo e por isso infelizmente não pude estar ali naquele ambiente propicio ao aprendizado “in loco” da educação ambiental. Também conversei com meu amigo André Holinski, supervisor técnico da empresa Alpina Briggs responsável pelo sistema de contenção de vazamentos no Porto de Paranaguá mas ele me informou que a empresa não mantinha um sistema de estágios. Fui inquirido quanto a fazer um estágio na APPA, no setor onde estou lotado pela Secretaria de Agricultura mas ingressei na UFPR litoral justamente pra quebrar essa rotina de mais de 20 anos trabalhando na mesma área então meu anseio era tentar um estágio em uma área totalmente diferente daquela onde trabalho por isso insisti em algo alheio ao que exerço hoje profissionalmente. Diante dessas circunstâncias retornei à fase inicial da possibilidade de fazer um PVA como vivências profissionais no setor.

Juntamente com a professora Marilia fui amadurecendo a ideia de entrevistar aqueles que estão envolvidos nas diversas atividades do setor litoral, inquirindo sobre em que situações é possível fazer educação Ambiental entre usuários do setor e qual seria a aceitação desse tema entre os mesmos. Encaminhamos novos formulários de PVA para a PROGRAD, dessa vez com tema todo desenvolvido no setor litoral, confeccionamos um questionário com perguntas sobre educação ambiental e saúde pois a Marilia, sendo integrante da Câmara de Saúde Coletiva, teve que necessariamente ter aprovação desta câmara para que os formulários do PVA fossem aceitos, mas não houve problema algum em mesclar questões de E.A. com saúde, e o foco da pesquisa seria

direcionada a alunos, técnicos, docentes, diretores e terceirizados, visando através deste instrumento, saber sobre educação ambiental e saúde no setor, obtendo dos entrevistados a sua concepção sobre a E.A., sobre saúde, qual seria a relação entre ambos, se o mesmo(a) tinha conhecimento de algum projeto ou ação tanto na área tanto da saúde quanto de E.A. aqui no setor, quem era responsável por esses projetos, quando eles aconteciam, se o entrevistado desenvolvia algum projeto ou alguma ação ou iniciativa em particular no setor, quais as dificuldades e uma das últimas questões como se pode ver no questionário anexo era sobre o que a universidade poderia fazer para melhorar as ações e projetos existentes.

Tive as dificuldades normais de qualquer pesquisa, principalmente pela questão do tempo pois as pessoas não gostam de parar suas atividades para responder questionários, principalmente o pessoal terceirizado da limpeza e da manutenção, então pedia pra eles responderem em casa com mais tempo e retornarem para que pudesse ter subsídio para a pesquisa. Foi até interessante percorrer os corredores da instituição atrás de técnicos e docentes, estive em alguns setores até então desconhecidos para mim como no caso da informática onde mais parecia um subsolo de alguma missão especial de filmes de ação, mas fui bem recebido pelo técnico Rulian que prontamente atendeu meu pedido para preencher um questionário, fui também no setor de pessoal onde um dos técnicos me pediu mil desculpas e me disse estar totalmente incapacitado para responder tais questões não pela falta de tempo mas porque achou difícil as questões. Visitei o projeto Casa Litoral onde pude conversar com enfermeiro(a)s que atuam ali bem como o profissional médico onde prontamente se dispuseram a responder meus questionários, também alguns professores com quem gostaria de poder entrevistá-los mas por causa do temido tempo não pude conversar por mais tempo e quanto a isso agradeço ao professor Almir que me chamou em seu gabinete e até me aconselhou quanto aos próximos questionários, não desmerecendo aqueles que por vários motivos não puderem me atender como gostariam, agradeço também a secretária executiva Silvana Bach pela sua sinceridade em não responder ao questionário por não estar envolvida com questões ambientais .

Quantos aos alunos, não foi aplicado questionário em todas as turmas e cursos mas propositalmente escolhemos os cursos de G.A. e de Saúde Coletiva, por estarem mais ligados ao assunto da pesquisa e também porque a mesma se estenderia muito se todos os cursos e turmas fossem incluídos na pesquisa e também porque já existe um grupo de trabalho liderado pela técnica Paula Fernanda N. Ramalho formado para avaliar as questões ambientais no setor e que agrega pessoas de vários setores tanto técnicos como alunos, professores e inclusive faço parte desse grupo e os resultados dessa pesquisa serão enviados a ela para agregar material ao seu trabalho. Segue abaixo relatório técnico da pesquisa com tabelas, gráficos comparativos e anexos.

7. Educação Ambiental no Ensino Superior

O tema Educação Ambiental levando-se em conta as suas variáveis como educação ambiental em saúde, educação ambiental política, educação ambiental cultural, educação socioambiental, é amplo diversificado e deve perpassar todos os entremeios do aprendizado o que segundo alguns autores como GENEBALDO FREIRE DIAS (2004), nos conduz ao pensamento de que a transmissão desse conhecimento ambiental deve conter um misto de transversalidade, interdisciplinaridade e também transdisciplinaridade ou seja, o conhecimento ambiental vai além do ensino formal, despertando um senso crítico, avaliativo e por que não dizer lógico e racional fruto da inquietação e da perspectiva de um futuro não muito radiante para as problemáticas ambientais. As tendências mundiais tanto econômicas quanto socioambientais, exigem um posicionamento firme e constante no que diz respeito ao engajamento de toda uma sociedade para a melhoria da qualidade de vida seja ambiental, cultural social ou de saúde e nesse posicionamento abre-se uma janela para a reflexão no quesito ensino ambiental ou como foi convencionalizado chamar “Educação Ambiental” quando na verdade o elemento ambiental deveriam a tempos fazer parte do elemento educação e não um termo agregado ou atrelado a educação como nos diz Paula BRÜGER (2004), onde e em que momento a educação perdeu o status de ambiental, e se a educação não era ambiental e sim formal, porque somente agora se tornou ambiental, será que é pelo fato de a contemporaneidade do mundo globalizado com suas várias tragédias e catástrofes exigem um posicionamento ambiental da educação formal? Ou porque os governantes querem simplesmente mostrar ao mundo que o tema é referendado em seu país e isso traz status nas conferências sobre meio ambiente pois de nada vale uma nação se preocupar com questões ambientais se isso não partir do básico que é a educação do seu povo.

Por muito tempo a educação ambiental esteve relegada ao ensino fundamental, quando muito ao ensino médio, mas quando se chega no ensino superior parece haver um tabu para as questões que envolvam meio ambiente e ha sempre aquela tendência negativista de se achar que E.A. é para crianças nas primeiras séries do aprendizado talvez pelo fato de que ainda segundo FREIRE DIAS (2004), há muita ludicidade nas ações e projetos e quando o foco é o ensino superior parece haver uma elitização do ensino no sentido de que um aluno de uma universidade esta muito adiantado no seu aprendizado a ponto de não perceber as questões ambientais que o cercam. Diante disso, através do presente diagnóstico fruto de uma pesquisa realizada no setor, onde procurou-se entrevistar através de questionário todos aqueles que se utilizam das instalações da UFPR setor litoral independente da sua atuação na mesma e função hierárquica, entendendo que todos tem um papel importante no ciclo de desenvolvimento das atividades acadêmicas, e esse trabalho proporciona ainda

que parcialmente, pois essa pesquisa deverá continuar através de um grupo de trabalho formado no setor para rever as questões ambientais e de saúde conforme relatado anteriormente, um embasamento para o desenvolvimento de ações e projetos de E.A. no setor incrementando e implementando aqueles que já são realizados e que talvez não tenham tanta relevância quanto deveriam.

Conforme descrito no início deste relatório, não foram abordados alunos de outros cursos mas somente aqueles cuja grade curricular estão de alguma forma ligados as questões ambientais e de saúde, não por falta de tempo e vontade ou por qualquer outro impedimento, mas pelo fato de que essa pesquisa será agregada a outra mais ampla e a ideia é ter primeiramente uma noção do que os alunos principalmente, pensam sobre as questões de educação ambiental e saúde colocadas no questionário e se de fato seria apenas um mito que a E.A. é coisa do ensino fundamental. O questionário em si foi elaborado tendo em vista a premissa de que a saúde esta interligada com as questões ambientais e não seria coerente tratar a mesma na academia sem trazer a tona as questões de saúde que muitas vezes vem atrelada aos problemas ambientais como a poluição do ar, das águas dos rios e dos mares, a fumaça das queimadas e da emissão de gases automotivos, das industrias poluidoras, dos lixões com todo tipo de contaminantes e pestilências, da falta de saneamento básico enfim, uma séria de questões as quais não há como dissociar a E.A. da saúde. Ainda que procurou-se fazer essa dissociação em algumas questões como algum tipo de relação entre saúde e meio ambiente, no geral a noção de E.A. no ensino superior, visto que a preocupação a nível acadêmico tem sido a de uma formação profissional a nível de 3º grau ou superior como se convencionou chamar é vaga e dissociada de temas ambientais e assim, alunos e alunos passam pelos corredores das universidades sem terem sequer uma leve noção de sua contribuição como cidadãos para uma melhor qualidade de vida. Esse paradigmas precisam ser quebrados e a escolha do "Setor Litoral" é propositada no sentido de que temos um curso de formação superior em Saúde Coletiva e outro em Gestão Ambiental voltados para as questões socioambientais, o que a E.A. não como disciplina eletiva com relativa conceituação, mas como elo de ligação entre os diversos temas abordados nos módulos.

O questionário finaliza as perguntas com um pedido para que o entrevistado se manifeste informando no que a universidade pode melhorar para que as ações e projetos de educação ambiental em saúde possam alcançar os objetivos referenciados. A educação ambiental em nível superior segundo alguns autores como SILVA (2013), ainda está muito vinculada as áreas das ciências naturais ou no máximo em discussões agregadas a essas ciências e nota-se uma grande dificuldade para a inserção de temas de E.A. no ensino da graduação como a rigidez no meio acadêmico, a falta de recursos financeiros, infraestrutura e pessoal, a falta de políticas públicas e institucionais, a falta de preparo dos profissionais para a prática da E.A., o desconhecimento da legislação sobre

E.A., a falta de pesquisa sistematizada e divulgada das experiências de E.A., a falta de arcabouço teórico e metodológico enfim, algumas das várias dificuldades que se contrapõe aos desafios de uma educação ambiental em nível superior. O desafio maior seria como inserir e tratar a E.A. no seu currículo, colocá-la como uma das protagonistas na formação do futuro profissional e não um apêndice no seu desenvolvimento, mas infelizmente há uma fragilização do entendimento de que a E.A. deve sim estar presente, pois não existe uma diretriz que oriente a efetivação da mesma no ensino superior, e por isso, há uma lacuna, por falta de orientação, estrutura e articulação.

Segundo LEFF (2011), um projeto interdisciplinar surge com o propósito de reorientar a formação profissional mediante um pensamento capaz de apreender a unidade da realidade para solucionar os complexos problemas gerados pela racionalidade social econômica e tecnológica dominante. Esse projeto deve fundamentar-se num método capaz de fazer convergir os olhares dispersos dos saberes disciplinares sobre uma realidade homogênea, racional e funcional, eliminando as divisões estabelecidas pelas fronteiras dos territórios científicos, cancelando o espaço próprio de seus objetos de conhecimento para a reconstrução de um mundo unitário. Há um longo caminho a percorrer pois a E.A. entre universitários ainda é tratada de forma isolada na maioria dos programas de cursos superiores restringindo suas bases e seu escopo a atividades pontuais com o dia do meio ambiente ou programas de coleta seletiva de lixo, quando muito a algum evento de maior relevância que o tema requer, por isso, no relatório da Unesco “A universidade na Encruzilhada” seminário realizado em 2003, referencia que não é possível produzir uma transformação e crescimento sustentável sem uma educação superior inovadora (UNESCO, 2003).

As tabelas a seguir trazem o resultado na íntegra da pesquisa realizada no Setor Litoral, designada como “Caracterização das Ações de Saúde e Educação Ambiental na UFPR, verificando que alguns entrevistados até explanaram algo sobre saúde e meio ambiente mas não quiseram declarar por escrito suas afirmações o que é até razoável visto que no início do questionário há um termo de consentimento, mas aqueles que se dispuseram a responder por escrito, revelaram em algum momento o total desconhecimento das ações e projetos realizados no setor não obstante a instituição contar com um núcleo de sustentabilidade socioambiental designado de “Nossa Ufpr Litoral”. Não vamos achar culpados para a situação mas isso pode servir como alerta para que seja mais relevante o engajamento do meio acadêmico e haja um entrosamento maior entre os cursos com seus docentes e alunos e a administração da instituição com seus diretores e corpo técnico, não esquecendo também da força suplementar que vem através dos terceirizados.

8. TABELAS

8.1 Caracterização dos entrevistados (Técnicos, Terceirizados, Docentes, Alunos de G.A. e Alunos de Saude Coletiva)

CARACTERIZAÇÃO	Q T D	TÉCNICOS	Q T D	TERCEIRIZADOS	Q T D	DOCENTES	Q T D	ALUNOS GESTÃO AMBIENTAL	Q T D	ALUNOS SAUDE COLETIVA
FUNÇÃO QUE EXERCE NA UFPR	2	Assistente Administrativo	2	Recepcionista	1	Coordenador de Curso	1	Turma 2010	0	Turma 2012
	1	Assistente Social	2	Vigilância (Guaritas)	2	Docentes	1	Turma 2011	8	Turma 2013
	3	SEPOL	1	Eletricista		-	2	Turma 2012	6	Turma 2015
	1	Técnico Contabilidade	-	-	-	-	7	Turma 2013	16	Turma 2016
	3	Assessores de Câmara	-	-	-	-	8	Turma 2015	-	-
	1	1 Secretária da Direção	-	-	-	-	16	Turma 2016	-	-
	1	1 Médico	-	-	-	-	-	-	-	-
	2	Bibliotecarios	-	-	-	-	-	-	-	-
	1	Mecanografia	-	-	-	-	-	-	-	-
	1	Enfermeira	-	-	-	-	-	-	-	-
	1	Analista de T.i.	-	-	-	-	-	-	-	-
	1	Recepcionista	-	-	-	-	-	-	-	-
MÉDIA DE TEMPO NA FUNÇÃO		6,2 ANOS		2,5 ANOS		6 ANOS		3 ANOS		2 ANOS
PROJETOS NA UFPR		Biblioteca Comunitária Biblioteca e Artes Inclusão através do Cinema		-		-		Educação no Campo Extensao Qualidade do Ar em Paranaguá PET Litoral Social Inclusao Através do Cinema LAB Móvel		LAB Móvel Saude Bucal PET Comunidades do Campo Alimentação Saudável

Os números nas colunas representam a quantidade de entrevistados em cada caracterização

SE PROFESSOR QUAIS CURSOS OU MÓDULOS	-	-	Informática e Cidadania Gestão Imobiliária Serviço Social Gestão Ambiental LeCampo Saude Coletiva	-	-
MEDIA DE IDADE	40 anos	31,2 anos	46 anos	23,2 anos	27,5 anos
GENERO					
MASCULINO	6	2	2	13	4
FEMININO	8	3	1	16	27
OUTROS	-	-	-	-	-
ESTADO CIVIL					
CASADO	8	3	1	2	5
SOLTEIRO	2	2	1	24	14
DIVORCIADO	2	-	-	-	1
OUTROS	-	-	-	-	-
FORMAÇÃO ESCOLAR E ACADÊMICA					
ENSINO MÉDIO	-	2	-	-	-
ENSINO SUPEIOR	8	3	-	-	-
PÓS-GRADUAÇÃO	8	-	-	-	-
MESTRADO	-	-	-	-	-
DOUTORADO	2	-	-	-	-
PÓS-DOUTORADO	1	-	-	-	-
TEMPO DE FORMAÇÃO					
2 ANOS	1	1	-	-	-
3 ANOS	1	-	-	-	-
4 ANOS	-	1	-	-	-
5 ANOS	2	-	-	-	-
6 ANOS	1	-	2	-	-
ACIMA DE 6 ANOS	8	-	-	-	-

Dos 116 questionários distribuídos ao longo de quase 300 horas de pesquisa tivemos um total de 10 que não retornaram do setor de transporte apesar da insistência, em torno de 20 questionários também foram distribuídos entre professores, alunos que já estão em processo de formação, técnicos e terceirizados, os quais não retornaram, ficando apenas 86 para os relatórios finais da pesquisa, considerando assim que: dos alunos das turmas de saúde coletiva 31 responderam as questões, 18 técnicos, 5 terceirizados e 29 alunos dos cursos de gestão ambiental. Como foi dito no início não foram abordados outros cursos para não estender muito a pesquisa e cair na generalização pois a intenção era saber a opinião daqueles que estão ligados com o assunto pois se os mesmos não tiverem uma base sólida o que se espera dos alunos de cursos que não estão envolvidos com o tema? Nessa tabela, temos então um quadro sinótico até reduzido para facilitar a visualização e compreensão pois seriam oitenta e seis linhas de tabela para designar todas as caracterizações e ficaria muito embaraçoso analisar e divulgar tais informações.

8.2 Concepção da Educação Ambiental entre os Técnicos, Terceirizados, Docentes, Alunos de G.A. e Alunos de Saúde Coletiva

ENTREVISTADO	AÇÃO EDUCATIVA	CONCEITO BIOLÓGICO	PARADIGMAS ECOLÓGICOS	AÇÃO DE CONSCIENTIZAÇÃO	AÇÃO DE INTEGRAÇÃO	SOCIAMBIENTAL
TÉCNICOS	4	2	1	10	2	1
TERCEIRIZADOS	2	-	-	3	-	-
DOCENTES	1	-	1	-	-	-
ALUNOS G.A.	11	3	5	4	4	-
ALUNOS SAUDE COLETIVA	13	1	3	8	3	3

A educação ambiental é um campo de atuação fascinante e muito inspirador para aqueles que adentram em suas bases e pretendem desenvolver algum tipo de ação ou projeto, mas há um porém, é necessário uma base epistemológica e um mínimo de conhecimento para não incorrer no erro de tratar

a E.A. como uma simples disciplina de um módulo em algum currículo de alguma instituição de ensino. Nota-se pela tabela acima que a maior parte dos entrevistados ainda tem a mesma noção de E.A. como uma ação educativa ou seja, seria apenas ensinar sobre os elementos necessários para a preservação do meio ambiente, ou ainda uma ação de conscientização e muitas vezes não há a mínima noção do que se deve conscientizar a exemplo de cidadãos totalmente urbanos e que não tem um contato direto com áreas de florestas a não ser nos parques situados nas cidades ou no entorno destas, conscientizar essas pessoas sobre desmatamento é quase como soprar o vento ou seja, se essas pessoas não tiverem um contato direto com áreas desmatadas e sentirem a realidade de ver uma nascente secando pela falta da mata ciliar, será difícil criar uma mentalidade de consciência ambiental. Nessas concepções vemos também que os conceitos biologizantes como: “o homem é um ser alheio a natureza”, ou “a degradação ambiental é sempre causada pela ação antrópica” ou ainda os paradigmas ecológicos que querem incutir nas mentes a idéia de “preservar para o futuro”, ou “o aquecimento global é a causa de todas as catástrofes ambientais, estão muito em evidência entre os conceitos e ideias geradas entre os entrevistados, sobre o tema educação ambiental.

8.3 Concepção da Educação em Saúde entre os Técnicos, Terceirizados, Docentes, Alunos de G.A. e Alunos de Saude Coletiva

ENTREVISTADO	AÇÃO EDUCATIVA	AÇÃO DE CONSCIENTIZAÇÃO	CUIDADO DO CORPO	PREVENÇÃO DE DOENÇAS	PARADIGMAS DA SAÚDE	NENHUM
TÉCNICOS	4	3	3	8	-	1
TERCEIRIZADOS	2	-	-	1	-	1
DOCENTES	1	-	-	1	1	-
ALUNOS G.A.	11	7	1	4	3	2
ALUNOS SAUDE COLETIVA	9	9	1	8	4	-

Os conceitos de educação ambiental em relação aos conceitos de educação em saúde não diferem muito a não ser nos aspectos relativos a saúde em si como no caso das respostas que dizem respeito aos cuidados corporais onde alguns entrevistados deixaram bem claro que educação em saúde envolve esse aspecto, ou então no caso da prevenção de doenças onde se sabe que um ambiente salutar contribui e muito para a erradicação dos diversos males da saúde. Mas ainda se tem a ideia de que educar em saúde é apenas uma ação educativa, ou de conscientização e talvez algum paradigma da saúde como por exemplo a questão das moléstias estarem diretamente ligadas a questão ambiental ou seja, não se pode afirmar categoricamente que todas os males estão ligados a falta de saneamento básico, ou a falta de vegetação nativa que possa dirimir os problemas da poluição. Educar em saúde também pode envolver situações que em os entrevistados tenha que lidar diretamente com as questões ambientais que envolvem os problemas de saúde, tanto quanto os problemas patológicos e hereditários que sucumbem a população a uma saúde deficitária.

8.4 Relação entre Saúde e Meio Ambiente

ENTREVISTADO	MELHORIA DA SAÚDE	RELAÇÃO INTRÍNSECA	RELAÇÃO DE EQUILÍBRIO	RELAÇÃO DE INFLUÊNCIA	RELAÇÃO DE HARMONIA	NENHUM
TÉCNICOS	3	3	2	9	2	-
TERCEIRIZADOS	-	-	1	-	3	-
DOCENTES	-	1	-	1	1	-
ALUNOS G.A.	10	8	2	5	3	-
ALUNOS SAUDE COLETIVA	7	11	3	7	2	1

Nessa tabela relacionamos um dos itens importantes no questionário que é a relação entre a educação ambiental e a educação em saúde, não colocando-as

nos mesmos patamares, mas dando a cada uma delas o seu devido espaço e importância. Destacamos nessa tabela que pode sim haver uma relação de equilíbrio como pode haver uma relação de harmonia, mas o fator preponderante nas respostas é a relação de influência que uma exerce sobre a outra a exemplo de se considerar que a maior parte dos problemas de saúde são influenciados pelas problemáticas ambientais. Por fim a relação intrínseca onde assevera que há uma relação íntima quase indestrutível entre ambas e questão da melhoria na saúde que envolve sim nesse casos um saneamento adequado, um controle de pragas e roedores e talvez alguma atividade que melhore o condicionamento físico das pessoas.

8.5 Importância de se trabalhar E.A. no ensino superior

ENTREVISTADO	SIM	NÃO	CONSCIENTIZAÇÃO	DESENVOLVE VALORES	DESPERTA SENSIBILIDADE	SENSO DE RESPONSABILIDADE	NENHUMA IMPORTÂNCIA
TÉCNICOS	16	0	8	5	2	1	2
TERCEIRIZADOS	4	0	3	1	-	-	1
DOCENTES	3	0	1	1	-	-	1
ALUNOS G.A.	29	0	14	9	3	3	-
ALUNOS SAUDE COLETIVA	31	0	10	9	5	7	-

A maioria esmagadora dos entrevistados assinalou que sim, é importante trabalhar e educação ambiental no nível superior, mas as respostas revelaram que isso significa apenas conscientizar as pessoas que se utilizam do setor ou então que é importante apenas para desenvolver valores éticos sobre os cuidados com o ambiente. Despertar a sensibilidade ou o senso de responsabilidade também são fatores importantes para se trabalhar no nível acadêmico, além de outros fatores que poderiam ser incluídos nessa tabela com: criar um senso crítico

da realidade ou então que seria importante para criar modelos mais eficientes de soluções para a saúde e as questões ambientais, seja ambiente natural ou artificial.

8.6 Relação entre Educação Ambiental e Educação em Saúde

ENTREVISTADO	RELAÇÃO DE CUMPLICIDADE	RELAÇÃO DE TRANSVERSALIDADE	RELAÇÃO MINIMA	NÃO HÁ RELAÇÃO ALGUMA	OUTROS
TÉCNICOS	6	8	-	-	-
TERCEIRIZADOS	3	1	-	-	-
DOCENTES	2	1	-	-	-
ALUNOS G.A.	12	16	-	1	-
ALUNOS SAUDE COLETIVA	14	10	1	-	-

Na relação entre educação ambiental e educação em saúde a cumplicidade do tema revela que muitos dos problemas ambientais afetam a qualidade de vida e saúde, mas também que a transversalidade do tema deve estar presente para se ter uma noção concreta das problemáticas ambientais e suas consequências para a saúde. Tivemos uma resposta afirmando que há uma relação mínima ou seja, fatores patológicos podem ser a causa da maioria dos problemas, deixando de lado as consequências das problemáticas ambientais, também não houve respostas afirmando que não há relação alguma pois as pessoas entendem que sempre há uma causa para os males, sejam patológicos ou externos

8.7 Ações que os entrevistados executam relacionadas a Educação Ambiental e Educação em Saúde.

AÇÕES AMBIENTAL	EDUCAÇÃO	TÉCNICOS	TERCEIRIZADOS	DOCENTES	ALUNOS G.A.	ALUNOS SAUDE COLETIVA
ECONOMIA DE PAPEL		4	-	-	-	-
SEPARAÇÃO DO LIXO		9	1	-	2	7
RECICLAGEM DE PAPEL		5	-	1	-	-
APAGAR AS LUZES		1	-	-	-	-
CONSUMO CONSCIENTE		6	3	-	11	4
NENHUM		5	1	2	16	17

AÇÕES EDUCAÇÃO EM SAÚDE	TÉCNICOS	TERCEIRIZADOS	DOCENTES	ALUNOS G.A.	ALUNOS SAUDE COLETIVA
LIMPEZA LOCAL DE TRABALHO	1	-	-	1	2
AÇÕES PREVENTIVAS DE SAÚDE	5	3	-	8	12
INFORMAÇÕES ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL	2	-	-	-	1
PROJETO CASA	1	-	-	-	-
NENHUMA AÇÃO	8	2	3	20	13

As ações citadas pelos entrevistados estão bem diversificadas como se pode ver nessas tabelas, mas realmente preocupa o fato de a maioria dos entrevistados não desenvolver nenhum tipo de ação por mínima que seja, além daquelas que lhe são inerentes aos módulos ou ao P.A. ou as ICH's. Enfim podemos listar várias ações que podem ser feitas no setor tanto em educação ambiental quanto em educação em saúde mas a intenção nesse diagnóstico não é sugerir ações e sim avaliar as mesmas e sua frequência, pois as ações e projetos, precisam estar também desvinculadas de mérito ou seja, deve haver um envolvimento mais voluntário do que meritório no sentido de no caso de alunos e alunas não ser algo feito para receber conceito e sim para crescimento e valorização com cidadãos.

8.8 Dificuldades que os entrevistados encontram para executar ações relacionadas a Educação Ambiental no Setor.

ENTREVISTADO	FALTA DE APOIO DA DIREÇÃO	FALTA DE INFORMAÇÕES	FALTA DE RECURSOS FINANCEIROS	FALTA DE ESTRUTURA	OUTROS
TÉCNICOS	3	3	-	3	9
TERCEIRIZADOS	1	1	-	1	2
DOCENTES	2	1	-	-	-
ALUNOS G.A.	2	6	1	5	17
ALUNOS SAUDE COLETIVA	5	2	1	1	15

Dificuldades sempre existiram e ainda podem surgir outras mas pelo fato de não vermos relacionados muitos projetos pessoais ou da própria universidade, talvez pelo desconhecimento ou falta de informação dos entrevistados a tendência da maioria em responder que não há dificuldades ou que não sabe descrever quais as mesmas, ou como a maioria descreve como falta de informação e estrutura para desenvolver projetos e ações é um fator que deve ser usado não como desculpa para a inercia do setor nesse sentido e sim como uma alavanca propulsora para lançar desafios e metas para um determinado período e a consequente verificação dessas etapas se foram alcançadas ou não e o que pode ser melhorado.

8.9 Concepção dos entrevistados sobre o que a UFPR poderia fazer para melhorar as ações em relação à qualidade de Saúde e Meio Ambiente no Setor através da Educação Ambiental.

ENTREVISTADO	MAIOR APOIO DA DIREÇÃO	MAIS INFORMAÇÕES E APOIO TÉCNICO	RECURSOS FINANCEIROS E ESTRUTURA	MAIOR CONSCIENTIZAÇÃO	SEM OPINIÃO
TÉCNICOS	3	7	2	3	3
TERCEIRIZADOS	1	3	-	-	1
DOCENTES	2	1	-	-	-
ALUNOS G.A.	1	16	3	3	8
ALUNOS SAUDE COLETIVA	5	9	5	5	6

Concepção dos entrevistados sobre o que a UFPR poderia fazer para melhorar as ações em relação à qualidade de Saúde e Meio Ambiente no Setor através da Educação Ambiental revelam que as informações são muito importantes, mas o apoio da direção a estrutura e a conscientização devem caminhar juntos no sentido de que, apenas um outro ponto isolado não caberia ao desenvolvimento de ações ou projetos. Muitas respostas também ficaram sem uma opinião definida ou seja, muitos não souberam opinar o que seria importante nas iniciativas da instituição, talvez a coleta de sugestões seja interessante ou talvez algum modelo que deu certo em alguma instituição espalhada pelo território nacional possa ser adaptada as situações do setor.

9. CONCLUSÃO

Muitas respostas analisadas nesse questionário, mesmo entre alunos de cursos diferentes e entre pessoas ligadas a vários setores da universidade, revelam o pouco conhecimento que ainda se tem sobre a educação ambiental e a educação em saúde. O objetivo desse trabalho era exatamente diagnosticar a situação em que se encontra as ações e projetos de educação ambiental ou de educação em saúde no setor e também avaliar as respostas referentes as questões que envolvem as mesmas. É de se esperar que alunos de cursos ligados ao meio ambiente tenham uma maior desenvoltura para descrever sobre aquilo a que estão mais ligados e alunos dos cursos que envolvem questões de saúde também se sintam mais a vontade para discorrer sobre aquilo que conhecem mas a realidade é que muitas respostas revelaram concepções fracas e desprovidas de base epistemológica gerando conclusões fragilizadas e ficaria aqui na finalização desse trabalho, a sugestão de se trabalhar essas base, não apenas nos cursos que envolvem meio ambiente ou saúde, mas todos os cursos, abrangendo também todos os departamentos do setor litoral.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Creio que caberia aqui um agradecimento especial a todos que dispuseram um pouco do seu tempo para responder a esse questionário, independente da formação ou do conhecimento que possui, todos foram importantes para que a pesquisa se realizasse e a intenção e o objetivo foram alcançados. Talvez faltaram alguns segmentos, ou talvez deveria ser incluído mais cursos ou no caso mais terceirizados, mas o fato é que muitos não retornaram os questionários respondidos e como o tempo da pesquisa estava expirando e era necessário juntar os resultados já obtidos, optou-se por finalizar os questionamentos e relatar o que se verificou dentro das respostas. Não foi possível ter a opinião de alguns terceirizados mesmo diante da insistência e mesmo dando um tempo razoável para que os mesmos pudessem responder com mais acuidade, a exemplo do setor de transporte onde não houve um retorno satisfatório das entrevistas, mas mesmo assim foi insistido ao máximo com várias visitas àquele setor. Ao encerrar essa atividade de pesquisa fica a pergunta se a educação ambiental seria realmente relevante no setor litoral, ou se a educação em saúde deve ter a devida importância e conseqüente caminhar juntas, a despeito de uma das tabelas trazer um item sobre a relação entre ambas como de harmonia. Considerar a educação ambiental e a educação em saúde como elementos fundamentais no processo de formação dos acadêmicos, assim como também dos técnicos, terceirizados, diretores, que no caso não foram citados nas tabelas porque não houve retorno dos questionários preenchidos, alunos de gestão ambiental e alunos de saúde coletiva, é uma missão não impossível mas desafiadora para um futuro muito próximo e a transversalidade do tema precisa estar presente também nas formulações e reformulações dos PPC's dos cursos.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE JUNIOR, H.; SOUZA, M. A.; BROCHIER, J. I.; Representação Social da Educação Ambiental e da Educação em Saúde em Universitários. Revista Psicologia: Reflexão e Crítica, 2004, 17(1), pp.43-50.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRUGGER, PAULA. Educação ou adestramento ambiental?. 3. ed. rev. e ampl. Florianópolis, SC; Letras Contemporâneas: Argos, 2004.

DIAS, GENEBALDO FREIRE. Educação Ambiental: princípios e práticas. 9. Ed. São Paulo: Gaia, 2004. 551p.

LEFF, ENRIQUE. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 8.ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2011.

SILVA, ANDREA.; HAETINGER, CLAUS. Educação Ambiental no Ensino Superior – O Conhecimento a Favor da Qualidade de Vida e da Conscientização Sociambiental. Revista Contexto e Saúde, 2012, Ed. Unijui, v.12, n. 23, 23 jul./Dez. 2012, p. 34-40.

SILVA, MARILENA LOUREIRO DA. A Educação Ambiental no Ensino Superior Brasileiro: do Panorama Nacional às Concepções de Alunos (as) de Pedagogia na Amazônia. Revista Eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental, vol. especial, p. 18-33, 2013.

UNESCO. A Universidade na Encruzilhada. Seminário Universidade: por que e como reformar? Brasília: Unesco; MEC, 2003.

12. ANEXO (Questionário com a caracterização dos entrevistados e perguntas abertas sobre educação ambiental e educação em saúde)

CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA UFPR SETOR LITORAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estamos realizando um levantamento das ações de Saúde e Educação Ambiental entre alunos, professores, técnicos, diretores e terceirizados do Setor e para isto, solicitamos a sua colaboração durante alguns minutos para responder a esse questionário. Gostaríamos de deixar claro que este levantamento está sendo realizado para fins acadêmicos/científicos. Esclarecemos que sua participação é voluntária e que pode desistir a qualquer momento caso não esteja de acordo em participar ou se sinta desconfortável. Asseguramos que todas as informações prestadas por você são sigilosas e a divulgação das informações serão anônimas e em conjunto com as respostas de um grupo de pessoas.

Eu, _____ aceito participar voluntariamente da pesquisa "Caracterização das ações de Saúde e Educação Ambiental na UFPR Setor Litoral no município de Matinhos. Data: ___/___/201___.

Assinatura do participante

Dados de Caracterização:

() Docente, () Aluno, () Diretor(a), () Técnico(a), () Terceirizado(a)

Função que entrevistado(a) exerce na UFPR Setor Litoral _____

Quanto tempo exerce a função: _____

Se aluno qual o Curso _____ Turma _____ Período _____

Participa de algum projeto na UFPR () SIM () NÃO Qual? _____

Se Professor(a):

(a) Qual(is) cursos: _____

(b) Qual(is) Módulos: _____

Idade: _____ Sexo: () Masculino () Feminino Estado Civil: _____

Formação Escolar: _____ Tempo de Formação: _____

Especialização: _____

1. O que você entende por Educação Ambiental?

2. O que você entende por Educação em Saúde?

3. Qual a relação entre saúde e meio ambiente?

4. É importante trabalhar a Educação Ambiental no ensino superior? ()SIM ()NÃO

Por quê? _____

5. Qual a relação entre Educação Ambiental e Educação em Saúde? (Somente 1 questão)

() Relação de cumplicidade pelo fato de muitos dos problemas ambientais estarem afetando a qualidade de vida e saúde.

() Relação de transversalidade pois através do ensino ambiental pode-se ter uma noção das problemáticas ambientais e suas consequências para a saúde.

() Relação mínima pois grande parte dos problemas de saúde são gerados por fatores patológicos e não por influências do meio (ambiente) externo.

() Não há relação, pois as questões ambientais não interferem na qualidade de vida e saúde e não devem ser tratadas como parte da educação em saúde.

() Outros! Quais? _____

6. Que ações você executa no Setor Litoral, que estão relacionadas a Educação Ambiental:

7. Que ações você executa no Setor Litoral, que estão relacionadas a Educação em Saúde:

8. A tabela abaixo visa identificar as ações realizadas, a frequência dessas ações, as situações em que são desenvolvidas e o responsável por desenvolver essas ações no setor litoral.

Ações	Frequência	Situações	Responsável

9. Quais dificuldades você encontra para desenvolver ações relacionadas à Educação Ambiental no Setor Litoral?

10. O que você acha que a UFPR poderia fazer para melhorar as ações em relação à qualidade de Saúde e Meio Ambiente no Setor Litoral através da Educação Ambiental:

AGRADECEMOS A SUA COLABORAÇÃO!